

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANNIE CAROLINE EBANI JACQUES

**DO MITO DO AMOR MATERNO A DESIGUALDADE DE GÊNERO: AS
MULHERES QUE ENTREGAM OS FILHOS PARA ADOÇÃO**

**SÃO BORJA
2016**

ANNIE CAROLINE EBANI JACQUES

**DO MITO DO AMOR MATERNO A DESIGUALDADE DE GÊNERO: AS
MULHERES QUE ENTREGAM OS FILHOS PARA ADOÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Jorge Alexandre da Silva

**SÃO BORJA
2016**

ANNIE CAROLINE EBANI JACQUES

**DO MITO DO AMOR MATERNO A DESIGUALDADE DE GÊNERO: AS
MULHERES QUE ENTREGAM OS FILHOS PARA ADOÇÃO**

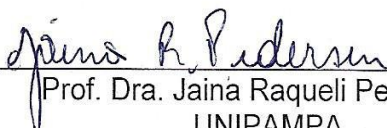
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 6 de dezembro de
2016.

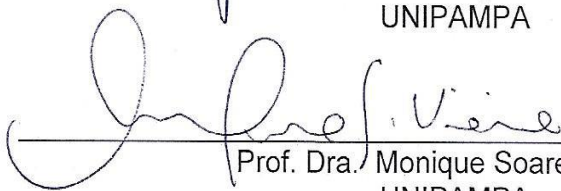
Banca examinadora:



Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva
Orientador
UNIPAMPA



Prof. Dra. Jaina Raqueli Perderson
UNIPAMPA



Prof. Dra. Monique Soares Vieira
UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus pais, Laci e Onério, que sempre acreditaram no meu potencial, apoiaram minhas escolhas e me proporcionaram viver este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Laci e Onério, fonte de toda minha inspiração, que não mediram esforços para que meus sonhos se realizassem. Minha mãe, meu maior exemplo de vida, que por várias vezes abdicou dos seus sonhos para realização dos nossos, que mesmo quando a única alternativa era o telefone, foi minha força nos dias difíceis em que a saudade ou a angústia se faziam presentes. Ao meu pai, que soube compreender a minha ausência em momentos que não pude estar presente, que fez do meu sonho o seu objetivo. Obrigada por estarem ao meu lado, por acreditarem em mim. Foi tudo por vocês, e sempre será!

Aos meus irmãos, Pablo e Guilherme, por todo apoio e compreensão quando, devido aos compromissos, não foi possível estarmos juntos. Apesar da distância, das brigas e de nossas divergências, eu amo vocês. Também não poderia deixar de agradecer a ajuda na finalização deste trabalho, obrigada Gui.

À minha família que sempre acreditou no meu potencial e apoiou minhas decisões. Obrigada pelo carinho e pelo amor dedicados a mim todos esses anos. Também a minha cunhada Samella, por todos os diálogos e ideias compartilhadas quando poucos conseguiam entender o meu posicionamento.

Aos meus amigos de longa data, grandes amizades que compreenderam minha ausência em Santiago devido aos compromissos da faculdade. Conforme a gente cresce, ganhamos responsabilidades e cada um segue o seu caminho. Mas que mesmo com a distância, mantemos o companheirismo e nossas boas risadas. Obrigada por fazerem parte da minha vida.

Aos amigos e colegas que me acolheram e fizeram de São Borja minha segunda casa. Vocês foram essenciais nesta longa caminhada de quase quatro anos longe da minha cidade, vocês foram minha segunda família. Todos os nossos momentos estão eternizados.

A minha colega e amiga Verônica, que esteve ao meu lado durante todos esses anos. Obrigada por todas as palavras de apoio, por aquele chimarrão que nos momentos de sufoco era a nossa fuga, por aquele abraço apertado quando achei que não ia aguentar. Palavras jamais seriam suficientes para expressar o quanto você foi importante nesta etapa da minha vida. Valeu parceira!

As minhas supervisoras de campo no estágio, Carla Vanessa e Josiele, por compartilharem de suas experiências e conhecimentos em relação à prática profissional, por todo aprendizado adquirido durante o estágio. Vocês fizeram toda a

diferença durante este processo tão importante para minha formação profissional, obrigada pela confiança, desejo muito sucesso para vocês.

Ao meu supervisor acadêmico e orientador, Professor Jorge Alexandre, por aceitar orientar meu trabalho e por acreditar que eu seria capaz de desenvolvê-lo. Obrigada pela atenção, pelos momentos de aprendizado e discussões que motivaram e contribuíram para a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a banca composta pelas professoras Jaina e Monique, pelos elogios e contribuições ao meu trabalho. Foi muito especial tê-las em minha banca, por toda trajetória que construí dentro da instituição na qual vocês fizeram parte dela, compartilhando conhecimento e orientações em momentos difíceis que enfrentei durante a graduação.

“A menos que modifiquemos à nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma que estamos acostumados a ver o mundo”.

Albert Einstein

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório em que se analisa os processos sociais que levam às mulheres a entregar seus filhos para a adoção, a fim de contribuir para a crítica ao mito do amor materno e seus desdobramentos a partir da desigualdade de gênero. Assim, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: quais situações sociais de vulnerabilidade implicam na decisão e vida das mulheres que manifestam a intenção de entregar um filho para adoção? O estudo realizado fundamenta-se no método materialista, histórico e dialético, que tem como categorias a totalidade, historicidade e contradição, utilizando a pesquisa documental como técnica de pesquisa. A coleta de dados abrange vídeos e reportagens que tratam sobre a vida de mulheres que entregaram filhos para a adoção e têm como fonte de pesquisa materiais apresentados por revistas, telejornais e seminários em sites da internet. A técnica de análise dos dados se deu a partir da elaboração de um roteiro de análise documental sobre os documentos selecionados. O estudo mostra como as relações familiares, a discriminação, a pobreza, a relação com o pai da criança e as formas de inserção no mercado de trabalho interferem na decisão das mulheres que entregam os filhos para a adoção. A pesquisa também mostra a importância da intervenção estatal diante da necessidade de acompanhamento das mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade social, possibilitando formas de enfrentamento a diferentes processos sociais que lhe afetam, tal como a violência e o desamparo. Da mesma forma também pode viabilizar o acesso a serviços sociais em que profissionais possam auxiliar as mulheres diante do sofrimento da gravidez indesejada, em que não encontram apoio na família e do pai da criança. Além disso, a atenção do Estado mostra-se como elemento fundamental para que mulheres não sejam discriminadas com base no mito do amor materno, em que devido à desigualdade de gênero reproduzida pelas famílias e pela sociedade as mulheres são culpabilizadas por entregar seus filhos para adoção. Faz-se necessário adensar o debate sobre o mito do amor materno, assim como a desigualdade de gênero com base na análise das relações e das formas sociais necessárias a produção e reprodução da sociabilidade capitalista.

Palavras-Chave: Gênero. Amor materno. Adoção.

ABSTRACT

The current Course Work consists in a qualitative research of exploratory character in which are analyzed social processes that lead women to give up their children to adoption, in order to contribute to the critic to the myth of maternal love and its many faces from gender inequality. Thereby, the following research problem was elaborated: which social situations of vulnerability implicate in giving a child to adoption? The conducted study has its principles based on the dialectical, historical and materialistic method, which has as categories the wholesome, historicity and contradiction, making use of documental research as a research technique. Data collection covers videos and reports that talk about lives of women who have given their children to adoption has as research source material presented by magazines, TV newscasts and seminars. The analysis technique of the data was based on a formulation of a documental analysis script on selected documents. The study shows how family relations, discrimination, poverty, the relation with the child's father and the kind of insertion in the job market interfere on the women's decision that give their children to adoption. The research also shows the importance of state intervention before the necessity of follow up of pregnant women in state of vulnerability, allowing means of coping to different social processes that affect them, such as violence and abandonment. In the same way it can also make feasible the access to social services in which professionals could provide support to women facing the suffering of the unexpected pregnancy when they don't find support from both the family and the child's father. In addition to that the attention from the State shows itself as being a fundamental element so that women are not discriminated based on the myth of maternal love where, due to the gender inequality reproduced by families and society, women are blamed for giving their children to adoption. It is made necessary the intensification of the debate over the myth of maternal love as well as gender inequality based on the analysis of relations and social processes needed to production and reproduction of the capitalist sociability.

Keywords: Gender. Maternal love. Adoption.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NUCE- Núcleo de Curadoria Especial e Proteção à família.

CIJ- Coordenadoria da Infância e Juventude.

TPJE- Tribunal de Justiça de Pernambuco.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

AMB- Associação dos Magistrados Brasileiros.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HETERONORMATIVIDADE, DESIGUALDADE DE GÊNERO E A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	17
2.1 Interpretando Gênero e a questão da heteronormatividade	17
2.2 Desigualdade de gênero.....	20
2.3 A mulher e o seu papel na sociedade contemporânea	24
3 O MITO DO AMOR MATERNO: MATERNIDADE, MATERNAGEM E ADOÇÃO	31
3.1 A maternidade e a história dos cuidados maternos	31
3.2 O mito do amor materno	37
3.3 A entrega de um filho para adoção	40
3.3.1 Aspectos históricos e origem da adoção.....	41
3.3.2 Mulheres que entregam seus filhos para adoção.....	43
3.3.3 A Lei da Adoção e o reconhecimento sobre os direitos da mulher que entrega	47
4 METODOLOGIA	50
4.1 Objetivo geral.....	51
4.2 Objetivos específicos	51
4.2.1 Questões norteadoras.....	52
4.3 Método.....	52
4.4 Tipo de pesquisa	56
4.5 Universo e amostra.....	57
4.6 Análise e tratamento dos dados	59
5 ANÁLISE DOS PROCESSOS SOCIAIS PRESENTES NA REALIDADE DAS MULHERES QUE MANIFESTARAM A INTENÇÃO DE ENTREGAR O FILHO PARA ADOÇÃO	60
5.1 O perfil das mulheres que entregaram os filhos para adoção.....	60
5.2 A relação com a família	64
5.2.1 O apoio da família	65
5.2.2 Os valores morais presentes no âmbito familiar	67
5.2.3 O aborto como uma das alternativas.....	69
5.3 A relação com o pai da criança.....	71
5.4 Os motivos da entrega do filho para adoção	74
5.5 A entrega do filho para adoção	79
5.5.1 Percepção das mulheres acerca do seu ato	83
5.5.2 O luto após a entrega.....	85
5.6 A importância do acompanhamento à mulher manifesta a intenção de entregar o filho para adoção	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90

REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir de uma inquietação relacionada ao aborto e também sua criminalização, onde muitas vezes algumas mulheres não tem outra alternativa senão a entrega do filho para adoção, já que o aborto é considerado crime no Brasil. Com isso o que se tem é o preconceito em relação à mulher que decide entregar o filho para adoção. Outra motivação é escassez de estudos no que se refere à mãe biológica, na maioria das vezes estes giram em torno da criança e dos pais adotivos. A sociedade assim, sustenta o “mito do amor materno”, a crença de que a mulher nasceu para ser mãe, com base em discursos moralistas, conservadores e até mesmo de cunho religioso, que acaba muitas vezes condenando aquelas mulheres que decidem por não criarem os seus filhos, entregando-os para adoção.

Em um contexto de estudo a partir de um assunto polêmico que envolve o debate sobre as mulheres que manifestam a intenção de entregar o filho para adoção, buscou-se aprofundar o conhecimento por meio de um tema que gera repercussão social, que envolve desde aspectos históricos e morais que a sociedade julga e impõe sobre mulheres que entregam o filho para adoção, até histórias de vida daquelas que vivenciaram este processo. Na busca por uma compreensão de suas histórias de vida, quais foram as motivações para a entrega da criança e seus direitos, desmistifica-se a ideia que a mãe biológica é irresponsável e até mesmo desnaturada, como se tem no senso comum.

Na sociedade, a ideia de que toda mulher nasceu para ser ou quer ser mãe, ganhou força ao longo dos tempos e ainda persiste na atualidade. Assim, a maternidade é vista como um instinto que está presente em toda mulher, como um sentimento que se tornou natural¹.

Trata-se de um debate que vem ao encontro das bandeiras de luta que defendem não só os direitos das mulheres, mas os direitos humanos, reconhecendo-as como sujeito de direitos, tendo a liberdade como valor central, onde estas devem ser livres para tomarem decisões no que diz respeito a sua vida de acordo com sua

¹ Segundo Menezes (2007. p. 44), “é difícil conceber a ruptura do laço que liga mãe e filho, dada a ênfase à naturalização e idealização da maternidade”.

própria vontade, devendo ser respeitadas diante de suas escolhas. Porém, o que tem-se na nossa sociedade é o julgamento social sobre as decisões que fogem dos valores dominantes que são impostos, estando a sociedade norteada, não raramente, por uma visão restrita que condena a mulher pelo ato de não querer criar seu filho, eximindo a figura paterna de sua responsabilidade, ou então, desconsiderando os processos sociais, as situações sociais de vulnerabilidade e as expressões da questão social que se manifestam de forma concreta na vida dos sujeitos concretos.

Dessa maneira, parte-se do pressuposto de que o amor materno não é uma questão instintiva da natureza da mulher, mas sim uma construção cultural, histórica e moral. Assim, alicerçado com base na desigualdade de gênero e em um discurso conservador, muitas mulheres que desafiam o mito do amor materno, optando por um comportamento diferente do que lhe é posto, são frequentemente julgadas e vistas com estranhamento.

As relações de gênero desenvolvidas historicamente, e que são aceitas ainda nos dias de hoje, revelam que é atribuída à mulher, por meio da forma mulher, como forma social, as tarefas de cuidar da casa e dos filhos. Assim, recai apenas sobre a mulher o julgamento da entrega de um filho para adoção, pouco ou quase nada se fala sobre o pai da criança ou do papel do Estado diante destas situações. Com isso, a sociedade acaba não reconhecendo os reais motivos que podem ter levado a mulher a tomar a decisão de entregar um filho para adoção, como também o fato de a mulher ter sido abandonada pelo Estado, sua família ou pelo companheiro.

Além da desigualdade de gênero, deve-se levar em conta que o fato de uma mulher entregar o filho para adoção manifesta-se muitas vezes independente de classe social, são situações sociais de vulnerabilidade que não se restringem às famílias afetadas pela pobreza material mais aparente. Assim, a análise sobre o que motiva a mulher a entregar um filho não deve se pautar apenas em aspectos socioeconômicos, pois toda a mulher tem o direito de ter motivações próprias.

A partir da discussão sobre mulheres que manifestam o desejo de entregar seus filhos para adoção, identifica-se a importância de um debate sobre o tema, problematizando o contexto em que estas estão inseridas dentro da sociedade, buscando analisar como os processos sociais e as expressões da questão social se manifestam nas situações sociais de vulnerabilidade que levam a entregar os filhos para adoção. Procurando também identificar as situações que envolvem essas mulheres e suas famílias, a forma como estes processos sociais e as expressões da

questão social se revelam na vida das mesmas, para compreender assim a sua decisão, na busca por uma apreensão que contribua para o quadro de reflexões sobre o tema da entrega de crianças para a adoção.

A pesquisa realizada buscou o diálogo com outros estudos acadêmicos já realizados sobre as mulheres que entregam o filho para adoção, dando visibilidade a um assunto que muitas vezes é deixado de lado, a mãe biológica. Visibilidade esta que também é importante no campo social, já que se refere ao agravamento de um problema social.

Considerando tais aspectos, o estudo tem como principal objetivo analisar os processos sociais que levam às mulheres a entregar seus filhos para a adoção, a fim de contribuir para a crítica ao mito do amor materno e seus desdobramentos a partir da desigualdade de gênero, buscando desvendar situações que envolvem estas mulheres e também as expressões da questão social que se manifestam na vida das mesmas. Para tanto foi realizada uma pesquisa documental de caráter exploratório, em que foram analisados os relatos de mulheres que manifestaram a intenção da entrega.

A temática foi abordada em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução. O segundo capítulo refere-se a questão da desigualdade de gênero, trazendo elementos para o debate da construção social baseada no gênero como uma forma de diferenciação entre homens e mulheres, e também considerações sobre a heteromatividade, que está relacionada ao gênero, ligada a questão do preconceito que existe com pessoas que fogem do padrão heteronormativo. Buscando aprofundar o debate sobre a desigualdade de gênero, traz-se o histórico da desigualdade entre homens e mulheres baseados em relações de poder em um sistema patriarcal assim como o debate sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea.

O terceiro capítulo versa sobre a questão do mito do amor materno, a maternidade e a maternagem. Faz-se um resgate histórico da maternidade e dos cuidados maternos, desde séculos passados até a atualidade, o que é importante para entender como se desenvolveu a crença no amor materno. Também neste capítulo se tem a discussão sobre a entrega de um filho para adoção, os aspectos históricos e a origem da adoção, como também as legislações que tratam sobre a adoção e o reconhecimento da entrega da criança como sendo um direito da mulher de acordo com a Lei.

O quarto capítulo descreve a metodologia que foi utilizada no desenvolvimento do trabalho, o método utilizado, o tipo de pesquisa, universo e amostra, e como se deu a análise e tratamento dos dados. O quinto capítulo apresenta a análise dos dados sobre os processos sociais presentes na realidade das mulheres que manifestaram a intenção de entregar o filho para adoção. Por fim, as considerações finais, destacam os resultados obtidos na pesquisa.

2 HETERONORMATIVIDADE, DESIGUALDADE DE GÊNERO E A MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 Interpretando Gênero e a questão da heteronormatividade

Debater sobre a questão de gênero não se detém a fatores biológicos, mas sim a organização social em que estão inseridas as relações entre ambos os sexos. É importante aqui entender que há diferença entre sexo e gênero. Segundo Giddens (apud Gomes, 2011), o sexo estaria relacionado a diferenças anatômicas e fisiológicas que diferenciam os corpos. Já o gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. Este, é uma construção social que é imposto pela sociedade, onde as diferenças que surgem em decorrência do gênero são produzidas culturalmente. Logo, as desigualdades que surgem entre homens e mulheres são decorrentes da diferença de papéis que lhes são atribuídos socialmente. Assim, as identidades de gênero são resultado de influências sociais.

De acordo com Scott (1994, apud Siqueira, 2008), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, que são baseadas nas diferenças entre os sexos e uma forma de dar significado às relações de poder. Utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, acaba sendo uma forma de indicar as construções sociais, ou seja, as criações inteiramente sociais das ideias sobre os papéis que são próprios de homens e mulheres. Segundo essa definição, gênero é com isso, uma categoria social imposta sobre um corpo.

O estudo sobre gênero permite uma aproximação com a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos, sendo um meio de compreender as relações entre as diversas formas de interação humana. Para Scott, muitas das relações de dominação ocorridas ao longo da história, se constituem e estão ancoradas na categoria gênero, e para entender como estas se deram, necessariamente é importante entender sobre gênero (FILHO, 2004).

Ainda de acordo com Filho (2014) o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e masculino, o que acaba prendendo homens e mulheres em limites. Assim, quando se dialoga sobre gênero,

este ainda continua sendo concebido e generalizado a partir de uma visão binária sobre os papéis culturais e sociais, ou seja, continua dividido em homem e mulher (SOUSA, 2010). O ser humano já nasce preso as formas sociais² de homem e mulher, e a contradição de estar preso a elas tem um papel determinante na sua vida, onde a sociedade determina que para ela existir é necessário haver relações sociais e estas relações irão criar certas formas sociais que podem se modificar ao longo da história.

O gênero como uma construção social, revela que ninguém escolhe ser homem ou mulher, como dito antes, isto lhes é imposto. Sendo assim, os papéis de gênero são classificados hoje com base em valores históricos e culturais atribuídos ao longo dos tempos a homens e mulheres, com base em uma sociedade patriarcal e heteronormativa. Porém, a identidade de um indivíduo se constrói ao longo de sua vida, de acordo com o modo que cada um se identifica dentro da sociedade, não estando relacionado ao determinismo biológico, que impõe o gênero de acordo com o sexo que foi designado durante o nascimento, mas sim com o gênero a qual a pessoa se identifica.

Segundo Petry (2010), enquanto organizador da cultura e articulado com a sexualidade, o gênero acaba modulando um modo heteronormativo de como cada um deve se comportar com seus corpos. Assim, a heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido, em uma perspectiva biologicista e determinista, onde o masculino e o feminino são componentes dessa heteronormatividade, com isso, de certa forma o ser humano elabora meios para identificar as diferenças entre os sexos e para isso estabelecer papéis diferentes para cada um na sociedade.

Baseados nestes valores impostos pela sociedade, àqueles que se identificam com um gênero diferente do que foi imposto ou que possuem uma orientação sexual diferente da regra heteronormativa, como é o caso de transgêneros e homossexuais, acabam ignorados, marginalizados e perseguidos, o que desencadeia uma série de situações muitas vezes constrangedoras, também de cunho

² (...) as formas sociais consolidam, cristalizam e determinam práticas, deliberações e expectativas, permitindo o fluxo contínuo das relações sociais. Nesse processo, elas não são criações nem moldes que passem pela aceitação dos indivíduos, mas operam no nível da constituição das próprias individualidades (MASCARO, 2013, p. 23).

discriminatório, que são decorrentes da desigualdade de gênero, dada que a organização da sociedade está regulada de acordo com os padrões que esta impõe.

De acordo com Petry (2010) a heterossexualidade, e conseqüentemente, a heteronormatividade, considerando a história, se naturalizaram na cultura e relacionados com articulações específicas que em determinado tempo e lugar, legitimaram o comportamento heterossexual como único “normal”. Assim, como já dito antes, qualquer comportamento que fuja do padrão heterossexual será colocado à margem social, como uma minoria e tratado como uma questão de anormalidade.

Tem-se com isso uma questão que suscita um debate em torno de como se dá as desigualdades decorrentes do gênero em uma sociedade baseada em um modelo conservador e patriarcal, que diferencia e exclui pessoas em decorrência do sexo, orientação sexual e identidade sexual. Embora sejam poucos os estudos que tratem a desigualdade de gênero para além das fronteiras que envolvem a dominação do masculino pelo feminino, devido ao fato de ter uma literatura que se baseia no padrão heteronormativo, onde há o predomínio do tema envolvendo a desigualdade homem/mulher, acredita-se aqui, que as desigualdades vão além do gênero pautado na ideia da heterossexualidade, baseada no sexo feminino e masculino. O gênero, como já dito antes, vai além do determinismo biológico, as quais envolve questões importantes como a identidade que cada um adquire frente as relações sociais e o modo como cada um se relaciona.

A partir disso, não apenas as mulheres sofrem com a desigualdade, embora sejam elas o enfoque deste estudo, é importante compreender como se dá as relações sociais e conseqüentemente a organização da sociedade, que ao mesmo tempo que rebaixa um sexo em detrimento do outro, acaba também discriminando aqueles que fogem as normas heteronormativas, como é o caso de gays e lésbicas, para os quais o preconceito e o conservadorismo é direcionado por terem uma orientação sexual diferente daquela que é imposta como “normal” pela sociedade. Também, tem-se como exemplo travestis e transgêneros, que segundo a medicina, ainda trata como “transexualismo”, ou seja, um transtorno mental. São pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi imposto no nascimento, e sofrem discriminação pelo fato de sua identidade de gênero ainda não ser respeitada em uma sociedade que segue padrões heteronormativos e não aceita nada que fuja de seus padrões.

Buscar compreender a dinâmica em que estão inscritas as desigualdades que envolvem o gênero, como um todo é importante para uma análise de como estas estão

estabelecidas na sociedade e afetam diretamente as relações sociais em que estão inseridas as mulheres, que são a base do nosso estudo, compreendendo os momentos históricos da luta para o reconhecimento da mulher até a contemporaneidade.

2.2 Desigualdade de gênero

Como já foi abordado no item anterior, quando se fala sobre relações que envolvem a discussão de gênero, conseqüentemente, está se falando em relações de poder. Ao analisar o contexto histórico que envolve as relações sociais, construídas a partir da desigualdade entre os gêneros, identifica-se uma forte influência de uma cultura patriarcal, baseada em uma relação de dominação da mulher pelo homem.

O patriarcado, segundo Morgante (2014) foi ao longo da história utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina. O patriarcalismo acabou compondo a dinâmica social como um todo, não estando presente apenas na esfera familiar, no âmbito do trabalho, na mídia ou na política, mas também no inconsciente de homens e mulheres. Assim, a ordem patriarcal seria uma estrutura determinante da divisão sexual do trabalho, considerando as diferenças históricas dessa divisão, dando início a ela e aos fundamentos materiais da sociedade. Logo, conforme Safiotti e Armstrong (1985 e 1983 apud MACHADO, 2000), o capitalismo e o patriarcado se construíram simultaneamente, onde os conceitos de “classe e gênero” foram utilizados, um para dar conta das relações capitalistas e o outro para dar conta das relações patriarcais.

Sustentada pelo modelo patriarcal, a sociedade acabou legitimando a dominação e exploração da mulher. Pode-se dizer assim, de acordo com Machado (2000), que a situação da mulher passa a ser encarada com uma “situação natural” e “normal”, o que originou a crença e a legitimação deste modelo. Dessa maneira, por muito tempo não se questionou as formas da construção social e também a cultura, que acabou naturalizando as relações derivadas das diferenças entre os sexos.

É a partir do resgate histórico sobre o modo de organização da sociedade no decorrer dos anos que nos permite analisar a dinâmica em que estão inseridas as relações sociais, que se chega ao debate que envolve a desigualdade de gênero na

modernidade. Como visto, é importante analisar o modo como se constituiu as formas históricas de dominação para que se possa entender, como o patriarcado, um modelo tão antigo, ainda tem grande influência na sociedade moderna, e que explica a desigualdade da mulher perante o homem.

Segundo Pratta (2007 apud PINHEIRO, 2008) até meados do século XVI, o modelo familiar predominante foi a chamada “família tradicional”. Organizada a partir desse nesse modelo, o homem é o chefe da casa, é o responsável pelo trabalho remunerado, exercendo autoridade sobre a mulher e os filhos. A mulher neste contexto, entra como a responsável pelas funções domésticas, dedicando-se aos filhos e ao marido.

Baseando-se no modelo de família patriarcal, aquele em que a mulher deve se submeter aos ditames do marido, cabendo a ela as incumbências domésticas, a sociedade legitima o discurso de que a mulher é o “sexo frágil” e “ser inferior”, fortalecendo a desigualdade que existe entre os gêneros, no momento em que recusa a igualdade entre o homem e a mulher, disseminando um discurso que separa atitudes ou tarefas de acordo com o sexo. As relações de gênero pressupõem, portanto que o órgão sexual determina as funções sociais. “Assim, a sociedade constrói uma identidade social, que é construída através dos distintos papéis que são atribuídos a homens e mulheres” (PEDRO, 2010, p. 3).

As mulheres estão submetidas à valores que a sociedade impõe, ao machismo, que como visto anteriormente, ainda continua impregnado nos discursos atuais, onde ainda há uma nítida separação entre as tarefas denominadas femininas, como a obrigação de cuidar da casa e dos filhos, ser uma boa mãe e esposa, e aquelas que são denominadas masculinas. A partir da análise sobre gênero, entende-se como essas atribuições de características diferenciadas, colocam as mulheres em posição de desigualdade em relação ao homem, uma vez que elas estão associadas a afirmação do poder do homem sobre a mulher (PEDRO, 2010).

Segundo Machado (2000), as relações de gênero são resultado de um “arbitrário cultural”, ou seja, não há nada de determinante no sexo biológico que faça com que homens e mulheres se relacionem dessa maneira. As ideias a respeito da diferença sexual estão engendradas no campo simbólico, cultural e social. Dessa maneira, o pensamento de que o sexo masculino é superior ao feminino nada mais é que uma construção social que tem como base uma sociedade machista, que acredita que o

homem seja superior à mulher e também sexista, onde existe a discriminação baseada no gênero.

O discurso de naturalização das diferenças entre os sexos, nos faz refletir que a condição da mulher não foi baseada nas leis da natureza, em atribuições naturais como muitos dizem, mas sim construída historicamente de acordo com as necessidades econômicas da sociedade em questão, o que acabou por decretar a submissão, desvalorização e desigualdade da mulher perante o homem. De acordo com Saffioti,

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que esse papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos “naturais” destas funções (1987, p.11).

Apesar das diversas mudanças na organização da sociedade, que surgem a partir da ascensão do sistema capitalista, que requer novas formas de expandir a lógica do mercado, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a industrialização e os avanços tecnológicos, o modelo de família ideal, baseado no padrão heteronormativo e que é imposto, permanece o mesmo. Embora o capitalismo tenha exigido uma nova organização familiar para atender as demandas do capital, permanece o modelo de família patriarcal (CARDOZO, 2009).

A sociedade atual, ainda é regida por uma forte concepção patriarcal no que tange às questões relacionadas ao gênero, onde se percebe claramente as crenças de dominação homem-mulher, do patriarcado, referindo-se ao plano individual, além de serem reforçadas e praticadas por instituições como o Estado, políticas sociais e públicas, também os sistemas de saúde pública, a economia e a própria sociedade (Oliveira, 2007 apud Pinheiro 2008). Embora tenham ocorridas mudanças no que se refere a posição da mulher na sociedade, ainda persiste a diferença de acesso ao mercado de trabalho, o salário, o acesso a esfera pública e muitos outros fatores decorrentes da estrutura social vigente.

A desigualdade entre os gêneros, baseadas em um sistema de dominação e opressão e apoiado sobre o machismo, que inferioriza o sexo feminino perante o

masculino, o colocando como superior pela sua condição de ser homem, contribui para a desvalorização da mulher na sociedade. Assim, todas as sociedades contemporâneas segundo Castells (2002 apud Pinheiro, 2008) se assentam sobre o patriarcalismo, onde os relacionamentos interpessoais são marcados pela violência e dominação que tem sua origem na cultura patriarcal. Violência essa, que tem uma de suas explicações no feminicídio³, o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Segundo o Instituto Patrícia Galvão (2015), as principais motivações são em decorrência do ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios.

As diretrizes nacionais trazem para o debate as motivações baseadas no gênero que podem estar por de traz de episódios violentos, entre eles o sentimento de posse do homem sobre a mulher, controle sobre o seu corpo, desejo e autonomia; limitação de sua emancipação profissional, econômica, social ou intelectual; tratamento da mulher como objeto sexual e manifestações de desprezo e ódio pela mulher e sua condição de gênero (ONUBR, 2016).

A desigualdade entre homens e mulheres, enquanto produto social histórico, gerou conflitos de gênero, que resultaram em inúmeros reflexos sobre a moral e os direitos da mulher que podem ser percebidos ainda hoje. Como dito antes, o predomínio de relações hierárquicas e desiguais resultaram também na discriminação, objetificação⁴ do corpo feminino e formas de violência, tanto física quanto psicológica, que tentam submeter as mulheres aos ditames de uma dominação e um padrão que foi aceito e legitimado ao longo das gerações.

A partir da apreensão de importantes elementos históricos que perpassam a relação que envolve os gêneros, é possível perceber em que contexto estão inseridas as mulheres na sociedade contemporânea, bem como compreender como os processos históricos influenciaram e ainda influenciam pensamentos relacionados a moral e que interferem diretamente no cotidiano das mulheres. Assim, as informações

³ O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. (MENICUCCI apud INSTITUTO PATRÍCIA GALVAO, 2015).

⁴ “Consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico, pode ser apontado como uma consequência de todo processo histórico vivido pelas mulheres” (BELMIRO, 2015, p. 2).

extraídas com a análise da sociedade baseada no modelo patriarcal e as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, de forma gradativa, nos permitem uma análise de como as relações sociais vem produzindo novos sentidos a questão da mulher dentro da sociedade, o qual será debatido no próximo item.

2.3 A mulher e o seu papel na sociedade contemporânea

Como já discutido no item anterior, o papel da mulher na sociedade foi e é permeado por uma dominação machista, onde o gênero masculino obtém superioridade em relação ao feminino. Historicamente a mulher sofre opressão pelo simples fato de ser mulher embora seja recorrente a afirmação de a igualdade jurídica, enquanto traços constitutivos da sociedade burguesa, assegure que entre homens e mulheres não há distinção de qualquer natureza. De acordo com Toledo (2001), a desigualdade das mulheres é um processo que se inicia na divisão sexual do trabalho, consolidando-se com a constituição dos gêneros sociais: se você é mulher, tem de fazer determinadas coisas, se é homem, outras.

A sociedade desde os tempos mais remotos tem conferido à mulher a responsabilidade pelo cuidado da casa, do marido e dos filhos, sendo este um papel atribuído a ela pela própria heteronormatividade, que impõe determinados padrões e espaços nos quais a mulher pode ou não se inserir. Reflexos destes padrões podem ser encontrados em produções que trazem para o debate a situação da mulher em determinados períodos da história, como o filme “A duquesa”, baseado em fatos reais, onde uma jovem tem um casamento arranjado pela sua família no século XVIII, o que era um hábito na época⁵, e ao idealizar uma imagem de homem apaixonado, se depara com um marido sem sentimentos por ela, mesmo assim, era orientada que isso era “normal”, e seu único dever era ser uma boa esposa e dar-lhe um herdeiro. Com um comportamento considerado liberal para a época, a jovem era submetida os

⁵ De acordo com Sullivan (apud Zardini, 2011, p. 8), “quando a mulher se casava suas obrigações se limitavam a desenvolver uma boa relação com a empregada da casa, planejar cardápios das refeições diárias e dos jantares, conduzir os empregados, ajudar aos mais pobres e doentes, decorar a casa, alfabetizar os filhos (se estes forem muito pequenos para terem uma Governanta), entre outras responsabilidades. Sob o ponto de vista financeiro, o casamento era visto como uma tábua de salvação para as mulheres que não possuíam renda familiar e que não queriam viver na pobreza. Eram raros os casamentos por amor” [...]

ditames do marido e quando questionada sobre o porque de sempre querer agradar a todos ela responde: “Fui criada para isso, não posso fazer diferente”.

A fala da personagem evidencia que a mulher na época, não era olhada em sua individualidade, não tinha direitos próprios e sua educação não tinha em vista as suas aspirações, mas funcionava como um agente a serviço da sociedade, conduzida por regras de conduta, de etiqueta e padrões de moral, baseados em uma tradição popular com forte influência religiosa (SANTOS, s.d). Jane Austen, grande escritora do século XIX, traz em seu livro “Orgulho e Preconceito”, segundo Zardini, a realidade vivenciada pelas mulheres no século XVIII, bem como o seu papel na família e no casamento, focalizando as relações sociais e o papel da mulher na sociedade. Segundo ela,

No seio familiar as moças tinham a função de serem submissas, modestas, puras e educadas, e as qualidades exigidas concentravam-se nos estudos e talentos. Com a expansão das escolas públicas, no século 18, os meninos podiam receber educação, de acordo com a disponibilidade financeira da família. Frequentar uma universidade era impossível para as moças, já que o acesso não lhes era permitido e não era comum meninas e moças frequentarem escolas regulares (ZARDINI, 2011, p.2).

Outra produção que retrata a mulher na sociedade, diz respeito a obra “O Sorriso de Monalisa”, que se passa na década de 50, onde em uma escola moças eram educadas para serem boas esposas e mães, na qual ter filhos não era uma opção, mas sim uma obrigação e uma mulher só seria feliz a partir do momento que se casasse. Dentro deste ambiente, uma professora com um posicionamento liberal e moderno, vai contra os padrões sociais vigentes na época e aos conceitos machistas, tentando despertar nas alunas através da história da arte questionamentos sobre escolhas que elas deveriam fazer em suas vidas, que fossem capazes de ter suas próprias opiniões, tentando alertá-las também para seu desenvolvimento pessoal.

Com base em uma outra perspectiva e sob o domínio de uma cultura patriarcal, onde prezava-se pela moral e boa conduta de mulheres e sustentada por uma forte influência da Igreja, a sociedade revela um olhar cruel sobre a realidade das mulheres

que segundo ela não preservavam sua honra⁶. Em contrapartida às produções citadas anteriormente, que tratavam sobre a inserção das mulheres em uma sociedade machista, a obra “Em nome de Deus” retrata claramente a realidade das mulheres tidas como “desonradas”⁷, onde eram inseridas em um convento, não para serem educadas, mas sim excluídas das relações direcionadas ao casamento e a constituição de uma família, como uma forma de “pagar os seus pecados”. Baseado em fatos reais, na década de 60, a obra evidencia a prática abusiva de poder por parte de padres e freiras, que submetiam as mulheres a todo tipo de violência física e sexual. Dessa maneira, a sociedade e a Igreja decretavam que as mulheres que fugiam dos padrões, mesmo as que tinham sofrido algum tipo de violência, não eram dignas para viver em sociedade.

As produções acabam por refletir como eram impostos padrões a partir da cultura patriarcal, bem como a identidade da mulher atrelada a esposa e mãe. Muitos são os pontos em comum que são abordados nos filmes, entre eles o fato de as protagonistas serem vistas com estranhamento pela sociedade e discriminadas por seus comportamentos. Desta forma, além da necessidade de seguir os padrões impostos, pode-se verificar que na família patriarcal, a mulher nada mais é que propriedade do homem, devendo com isso reproduzir e educar os seus filhos e subjugar-se à servidão doméstica (CARDOZO, 2009).

A visão da mulher estando diretamente ligada ao trabalho doméstico, confere ainda hoje uma perspectiva de que o homem é responsável por construir a casa e a mulher o lar, indo ao encontro do discurso que acaba naturalizando as diferenças entre os gêneros, quando se diz que a mulher é a única capaz de realizar as tarefas do lar e cuidado com os filhos de forma eficiente. Assim,

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com esse pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

⁶ A preservação da honra e da virtude, eram consideradas qualidades indispensáveis para que uma mulher fosse considerada pelos homens e aceita perante a sociedade (REIS, s.d).

⁷ A história tem como base quatro mulheres, onde duas foram enviadas para o convento por serem mães solteiras, uma por ser considerada bonita e provocar os homens e a última por ter sido estuprada pelo primo.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as relações sociais se transformam e a sociedade institui novas responsabilidades para ela. Porém, existe uma resistência sobre determinados papéis que a mulher pode assumir na sociedade e no próprio mercado de trabalho. Essa inserção se dá devido ao fato da consolidação do capitalismo, através da introdução e desenvolvimento de novas forças produtivas, onde a demanda pela mão-de-obra aumentava cada vez mais e os donos dos meios de produção identificam nas mulheres uma forma de baratear a mão-de-obra e consequentemente aumentar seus lucros. Assim, ao mesmo tempo que se estrutura uma nova organização familiar, devido a saída da mulher para trabalhar fora, permanece aquela estrutura familiar patriarcal consolidada a séculos (CARDOZO, 2009).

Para Saffioti (1987), a atribuição de diferentes papéis aos gêneros faz com que a identidade social da mulher e também do homem, se dê com base no que a sociedade espera ver cumprido, delimitando com bastante precisão os campos em que a mulher pode operar, da mesma forma que escolhe terrenos em que o homem pode atuar. Assim, a inserção da mulher no mercado de trabalho na contemporaneidade é permeada por condições impostas pela sociedade que acaba delimitando espaços onde elas podem ou não se inserir, alguns tidos como “legitimamente” masculinos, o que acaba por desvalorizar a figura da mulher perante certas atividades, alegando que estas não “levam jeito”, não acreditando em sua capacidade, onde muitas sofrem com o assédio e que são impostas normas de gênero. Segundo Ramos,

Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam esse crescimento. As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina (2011, p.2).

De acordo com Costa (2010), o papel da mulher ainda é marcado por traços de tradicionalismo, onde mesmo após suas grandes conquistas e avanços tecnológicos, a mulher é vista como cuidadora da família e responsável pelo zelo da casa. As atribuições dadas ao ser mulher na contemporaneidade, diferente do tradicional, hoje

soma a sua inserção no mercado de trabalho à sua função na família, gerando uma dupla jornada, dentro e fora de casa. Assim, a mulher acaba assumindo vários papéis na sociedade,

Ora ela é dona de casa, esposa, mãe de família, ora enfrenta a chamada dupla jornada de trabalho, é a profissional, trabalhando no lar e fora dela, ora ela é a mulher que luta para ter uma participação efetiva na sociedade da qual é membro (MAGALHÃES, s.d, p. 123).

Dessa maneira, o capitalismo transferiu à mulher o cargo de trabalhadora assalariada, sem tirar dela a responsabilidade de cuidar da casa e educar os filhos. Sendo assim, a mulher assume uma interminável jornada de trabalho, que se inicia fora de casa e tem continuidade dentro dela (CARDOZO, 2009). No momento em que a mulher se insere no mercado de trabalho, ganhando mais espaço a partir do século XX, com o advento do movimento feminista e com uma maior participação sócio-política, a concepção de família também foi sendo aperfeiçoada de acordo com cada época (Dias, 1997 apud Costa, 2010).

Porém, no que diz respeito a ideia de família atualmente, é difícil encontrar uma definição sobre o papel da mulher na sociedade no qual este, se encontre desvinculado do rótulo de esposa e mãe. No entanto, com o advento do movimento feminista que ao longo dos anos ganhou forças, como uma forma de resistência dentro da própria sociedade e nas lutas sociais em prol da mulher diante da desigualdade de gênero e dos direitos conquistados pelas mulheres, muitas acabaram se libertando dos padrões impostos pela sociedade, colocando sua carreira profissional à frente do ser mãe e esposa.

Para Castels (2002 apud Costa, 2010) o trabalho da mulher antes, se restringia ao lar, porém, nos últimos anos muitas delas passaram a ser a principal provedora da casa e as manifestações feministas fizeram com que deixasse de ser esposa e mãe por tempo integral e tivesse a oportunidade de refazer sua identidade profissional, mãe e esposa. No entanto, os avanços em relação as formas de inserção da mulher no mercado de trabalho e nas relações sociais, gerados através das novas tecnologias possibilitaram às mulheres, inclusive no que diz respeito aos seus direitos, condições de se inserir no mercado de trabalho e ainda manter a responsabilidade com a casa.

Assim, o capitalismo cria uma série de tecnologias que liberam a mulher para o mercado de trabalho, mantendo como dito antes, a sua dupla jornada de trabalho.

Apesar das mudanças que ocorreram nas relações sociais entre homens e mulheres, “quanto mais frequente é a assalariamento feminino, menos tempo as mulheres podem dedicar às tarefas domésticas e maior é a pressão para que homens participem nos trabalhos da casa” (BERNARDO, 2009. p.354). A mulher nos dias de hoje, acaba vivendo uma precarização do trabalho, onde em contrapartida na esfera doméstica ela vive assim como o homem, a precarização do homem que trabalha⁸, vivendo em casa uma série de relações que são desdobramentos da sociedade e que vão configurar o papel da mulher na contemporaneidade.

De acordo com o regaste histórico sobre o papel da mulher na sociedade, compreende-se que a resistência aos valores que permeiam as formas de socialização da mulher ainda nos dias de hoje, é mediada cada vez mais pela reprodução ampliada do capital. Se por um lado as legislações reconhecem a mulher como uma cidadã e seus direitos, por outro lado, no mercado de consumo de massas, no mercado de trabalho ou na vida social, verifica-se diversas formas de violação de direitos explícitas ou disfarçadas pelas relações sociais (PEDERSEN, 2014).

No contexto em que a mulher está inserida nas relações sociais, a desigualdade entre os gêneros sempre se mostrou como o grande desafio para ela na sociedade, dado que muitas vezes, as próprias mulheres acabam por disseminar um discurso machista e sexista, que naturaliza as diferenças entre os sexos, idealizando a imagem da mulher trabalhadora, ao mesmo tempo ligada ao papel de esposa e mãe. Ainda que se reconheça as vitórias conquistadas pelas mulheres ao longo dos anos, como sua inserção no mercado de trabalho, a sociedade ainda está impregnada de valores que não consideram a imagem da mulher desvinculada ao conceito de família, disseminando discursos preconceituosos, moralizantes, muitas vezes de cunho religioso, sobre as mulheres que não tem como meta se tornar uma boa esposa e mãe.

⁸ A precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, não seria apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que tralha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des) constituição do ser genérico homem (ALVES, 2010, p. 2).

3 O MITO DO AMOR MATERNO: MATERNIDADE, MATERNAGEM E ADOÇÃO

3.1 A maternidade e a história dos cuidados maternos

Como visto no capítulo anterior, através da discussão que envolve a questão do gênero e também o papel da mulher na sociedade, constata-se que ao longo do processo histórico houve significativas transformações na sociedade. No entanto, existem valores e costumes que não sofreram modificações mesmo com o passar dos anos, como é o caso da imagem da mulher ligada a esposa e mãe. Com isso, a maternidade ainda continua fortemente atrelada a identidade da mulher, onde há a legitimação do discurso de que ela só encontra um sentido para a sua vida e realização plena quando se torna mãe.

A maternidade assim, persiste como sendo indissociável da imagem da mulher na contemporaneidade. Culturalmente, “a sociedade atribui à mulher não só a gestação de um filho, mas o cuidado e a responsabilidade da constituição dos primeiros vínculos com o bebê” (PERETTO, 2013, p.70). Desta forma, a maternidade, ligada a condição biológica de uma mulher em gerar um filho e a maternagem como o cuidado e atenção ao bebê após o seu nascimento e ao longo de sua vida, aparecem inseparáveis da natureza da mulher. A partir disso, surge o chamado “amor materno”, que foi assimilado pela sociedade e por muito tempo não foi questionado.

A mulher é condicionada desde a infância a maternidade. Desde as brincadeiras até os brinquedos, entre eles a boneca, a cozinha, as panelinhas, todos remetem a sua preparação para ser mãe e cuidado com a casa. A imagem idealizada da maternidade faz com que a sociedade adote o pensamento de que ser mãe está na natureza da mulher, deixando nítida que a desigualdade que existe entre os gêneros é construída desde a infância, onde no que tange as brincadeiras, as meninas ficam responsáveis pelos fazeres domésticos e atenção com os filhos, e em contrapartida os meninos em nenhum momento são condicionados a paternidade ou cuidado com a casa.

Entretanto, um olhar sobre o amor materno através dos tempos, nos mostra que o pensamento sobre a maternidade e a infância não foram exaltados da mesma

maneira ao longo dos anos. Remetendo-nos ao passado, no estudo intitulado “Um amor conquistado”, Badinter (1985) retrata a forma como se dava a relação entre a maternidade e a infância em um período em que a emancipação política e a cidadania eram ainda noções embrionárias na sociedade burguesa. A autora, ressalta, sobretudo, que o interesse e a dedicação para com a criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais.

No século XVII, as crianças recém-nascidas eram entregues as amas de leite e só retornavam para casa depois de um longo período, e logo saíam para estudar. Os pais que tinham mais condições, contratavam amas nas proximidades da cidade, já as crianças de pais menos afortunados eram levadas para longe. As mães muitas vezes não tinham condições de ficar com os filhos e trabalhar ao mesmo tempo, já que não eram tolerados atrasos em decorrência do cuidado destes. Assim, o filho era excluído da família. Também haviam aquelas que mesmo querendo enviar seus filhos para amas, não o podiam fazer, por não ter como pagar. Para os casais mais pobres da sociedade, o filho chegava a ser uma ameaça à própria sobrevivência dos pais, não lhe restando outra escolha senão livra-se dele (BADINTER, 1985).

Segundo Ariés (2006) outra prática comum na época era o infanticídio, que mesmo considerado um crime, era praticado em segredo, camuflado sob a forma de um acidente. Nada era feito para conservar as crianças ou salvá-las. De acordo com o autor,

O fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas tão pouco dotadas de um ser suficiente não era confessado, mas tampouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo (ÁRIÉS, p.15, 2006).

Outro fato importante que Badinter (1985) destaca é em relação aos dados expressivos sobre a mortalidade infantil, visto que as amas recebiam um salário miserável e não tinham as condições necessárias para o cuidado das crianças. No que se refere a medicina, ela também não tinha um olhar sobre a criança, os médicos recusavam-se a vê-las doentes alegando que sua doença era mais difícil de tratar do que a do adulto, pela razão de que a criança não fala.

De acordo com Ariés (2006) a duração da infância era considerada um período frágil, com isso a criança não era distinguida dos adultos, tão logo que ela adquiria a dispensa dos cuidados da mãe era misturada aos trabalhos e costumes da vida adulta.

De um modo geral, a transmissão de valores e a socialização da criança não eram asseguradas ou transmitidas pela família. Durante muito tempo a educação da criança foi garantida graças a sua convivência com os adultos, dessa forma ela aprendia as coisas que devia saber quando ajudava os adultos

Neste determinado período, Badinter (1985) relata que as famílias não eram caracterizadas pela ternura ou intimidade entre pais e filhos, onde um ato de carinho era considerado fraqueza e até mesmo pecado, por estragar a criança e a tornar viciosa. Os estudiosos condenavam também a amamentação, que segundo eles poderia ser um aspecto ilícito que causaria a perda da moral da criança, como se fosse um prazer sexual. A criança possuía assim um valor insignificante, o que explicava talvez a situação de muitas mulheres que não tinham como motivação a situação econômica para a entrega dos filhos às amas. Estas mulheres, recusavam dar o seio e como explicação para sua defesa, as mulheres dos meios menos favorecidos utilizavam de argumentos que tinham por finalidade mais justificar a sua ação do que desculpar sua inação. Outras diziam claramente, que o ato as aborrecia e que tinham coisa melhor para fazer, utilizando-se também de argumentos estéticos, que a amamentação deformava os seios. Por isso não queriam correr o risco e entregavam a tarefa às amas-de-leite (BADINTER, 1985).

Em relação ao comportamento das mulheres sobre a recusa a maternidade e maternagem, é preciso compreender que naquele tempo histórico, a função materna não era objeto de preocupação, nem valorizado pela sociedade,

As mulheres não obtinham, pois, nenhuma glória sendo mães, e no entanto essa era sua função principal. Elas compreendem que, para ter direito a alguma consideração, deviam seguir outro caminho que não o da maternagem, pela qual ninguém demonstrava gratidão (BADINTER, 1985, p. 100).

A criança então, não possuía nenhum valor para a sociedade, tanto no que se refere ao afeto no meio familiar, já que ela se assemelhava aos adultos, e muito menos econômico. Porém, com o agravamento da mortalidade infantil a sociedade vê a necessidade de mudar o pensamento em relação ao papel da criança e sua inserção dentro relações sociais estabelecidas, o que influenciou diretamente na condição da mulher. Segundo Ariés (2006), surge um sentimento novo entre os membros da família e de forma particular entre a mãe e a criança, que o autor denominou de

“sentimento de família”, que se centralizava nas mulheres e nas crianças, com um interesse renovado pela educação das crianças, o que levou a uma notável elevação ao estatuto da mulher. Dessa maneira,

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras de um jogo de agenciamento das relações intrafamiliares (RAGO, p.62, 1985).

Ainda de acordo com Ariés (2006), a família começou assim a se organizar em torno da criança, que saiu do anonimato. A infância adquire assim uma nova visão, onde segundo o autor, o primeiro sentimento relacionado a ela foi chamado de “paparicação”, que surgiu no meio familiar. O segundo sentimento originou-se dos eclesiásticos e dos moralistas que estavam preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Surge também a preocupação com a higiene e saúde física. A criança torna-se assim, um assunto digno de atenção dentro da sociedade.

A imagem da mãe, o seu papel e sua importância modificam-se radicalmente. Com base nisso, aparecem publicações que recomendam às mulheres cuidar de seus filhos, impondo que a obrigação da mulher é antes de tudo ser mãe, visto que a criança adquire um papel mercantil, onde serão a riqueza do Estado e por isso precisava-se garantir a sobrevivência destas. Não se nega que o amor materno sempre existiu, mas o que se mostra novo, em relação aos séculos anteriores, é a exaltação do amor materno, ao mesmo tempo natural e social. A associação das palavras “amor” e “materno”, significa não só a promoção do sentimento, como também a imagem da mulher enquanto mãe. O foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, obscurecendo a figura do pai (BADINTER, 1985).

Assim, durante o século XVIII o amor materno adquire um novo contexto, no qual se transformou em sinônimo de felicidade, na tentativa de comover as mulheres e revalorizando o papel de mãe. Dessa maneira, alguns argumentos basearam-se na ideia de colocar a mulher diante de responsabilidades, na qual ela seria a única encarregada pela sobrevivência e saúde dos filhos. Desenha-se então uma nova imagem de mãe, que se acentuará ainda mais nos séculos seguintes. As consequências desta mudança se farão sentir desde meados do século XIX (BADINTER, 1985).

A devoção e presença vigilantes da mãe surgem como valores essenciais, sem os quais os cuidados necessários à preservação da criança não poderiam mais se dar. A ampliação das responsabilidades maternas fez-se acompanhar, portanto, de uma crescente valorização da mulher-mãe, a “rainha do lar”, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico (MOURA, 2004, p. 47).

Assim, de acordo com Rago (1985), a mulher a partir do século XIX era responsável por atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, bem como cuidar seus horários, estar a par de tudo que acontecia no dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou desvio. Complementando a análise de que a criança passa a ser considerada como ser especial, que requeria todo o cuidado médico, novo aliado da mãe, já que no século passado, os médicos se recusavam a atender crianças, defendendo a ideia de que caberia apenas a mãe o cuidado dela.

Ainda segundo Rago (1985), o discurso médico-higienista também foi responsável pela mudança de pensamento em relação ao amor materno. Para a autora recorrendo ao problema do aleitamento materno e julgando a amamentação mercenária, no que se referia as amas de leite, os médicos formularam um discurso de valorização do papel da mulher, como uma “guardiã do lar”. Assim,

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar como seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a dona-de-casa-mãe-de-família (RAGO, p. 75, 1985).

No Brasil, segundo Moura (2004), assim como se deu na Europa, a organização da família e dos sentimentos presentes nela, incluindo aqueles relacionados a maternidade e maternagem foi marcada por intensas modificações que ocorreram no século XVIII com a ascensão da burguesia, embora tenha características peculiares devido condição de país-colônia, onde a burguesia encontrou dificuldades para introduzir seus ideais no país devido ao posicionamento que o colono tinha diante do Estado. No período, de acordo com Freire (2008 apud Rebouças, 2010) viu-se a necessidade de redefinir novas bases para a maternidade devido ao projeto

nacionalista de defesa da pátria. Com isso, a imagem da mulher é reduzida a figura de mãe, condição imposta graças a aliança vista anteriormente do discurso higienista, que também se fez presente no Brasil no século XIX, procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social para adaptação ao sistema. Segundo a autora,

Também aqui, os cuidados maternos passam a ser valorizados e esse novo olhar sobre a criança possibilitou a manifestação do “amor materno”, que tornou-se não somente desejável como “natural”. Assim, por todo século XIX, deu-se a adaptação do modelo da família burguesa europeia à sociedade colonial brasileira que, com o auxílio dos higienistas, adquiriu um “colorido tropical (MOURA, 2004, p. 49).

Desta forma, com base no pensamento que a sociedade adquire tanto na Europa, quanto no Brasil, ela passa a definir a natureza feminina de tal modo que ela implique todas as características de uma boa mãe onde a fonte da felicidade de uma mulher está ligada a função materna, como visto no início do texto. Assim,

Articulando-se aos interesses econômicos do Estado, um outro discurso proferido por médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia reforçava a necessidade de a mulher ocupar-se com os filhos. Tal discurso baseava-se, principalmente, no argumento de que essa seria a forma “natural” de cuidados com a criança e, por isso, a mais adequada; uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, seriam, pois, concernentes apenas à “natureza feminina”, a educação e cuidado com a prole (MOURA, 2004, p.46).

O ideal materno se torna desta forma naturalizado como um instinto da mulher com o intuito de atender aos interesses econômicos, e a partir deste momento a imagem da mulher atrelada a maternidade ganha força entre a sociedade da época em diferentes países, chegando até os dias de hoje. A própria psique feminina se transformou para que as mulheres aceitassem as novas concepções de amor pelo filho como sendo um instinto, incondicional e dotado de algo divino o que tornou inaceitável a mulher se recusar a cuidar do seu filho, assim os ideais da sociedade guiados pelo pensamento machista estiveram presentes em todo esse processo (TOURINHO, 2006).

Por muitos anos a questão do amor materno não foi debatido, afinal todos legitimavam o discurso de que a mulher nasceu para ser mãe e que isso estava sim, na natureza dela. Porém, estudos que defendiam o “mito do amor materno”, questionavam a sentença de que todas as mulheres têm o “dom” para ser mãe, essa discussão acabou por abalar os pilares da sociedade, por ser um tema delicado e polêmico, que será o centro do debate no próximo item.

3.2 O mito do amor materno

A maternidade ligada à natureza da mulher, é vista como um instinto, sentimento natural que todas deveriam sentir. Não são poucas as pessoas que dizem que uma mulher só tem sua vida realizada verdadeiramente quando se é mãe. As próprias mulheres propagam este discurso. Os cuidados para com o filho, o afeto e carinho dado pela mãe ao recém-nascido, fazem com que a sociedade acredite que toda mulher nasceu para a maternagem. Este é o chamado amor materno. No momento em que esse sentimento se legitima, torna-se quase que uma obrigação da mulher querer ter filhos, tê-los e amá-los (VALENTIM, 2014).

A partir de questionamentos vinculados à questão de que toda mulher sonha em ser mãe, surge uma discussão referente ao mito⁹ do amor materno, ligado ao fato de que muitas mulheres rejeitam a condição da maternidade e maternagem, abdicando deste desejo, questionando o amor materno como um instinto presente na natureza da mulher. Segundo Badinter (1985) este é apenas um sentimento humano como qualquer outro, sendo imperfeito, frágil e incerto.

É importante aqui destacar como os mitos influenciam no modo de agir e pensar nas relações sociais. Segundo Chauí (2013), o mito opera com contradições e tensões que não poderão ser resolvidas sem uma mudança profunda da sociedade, e por isso são transferidas para uma solução simbólica e imaginária que justifica a realidade. Assim, mito são crenças introduzidas em um grau pela consciência dos indivíduos, na

⁹ “Desde nossos ancestrais primitivos, os mitos tiveram importantes funções, tal como a de emprestar sentido, significação e finalidade a determinados aspectos da vida, colocando ordem nas experiências cotidianas ou cada vez que um aspecto da vida e da existência era vista como problemático ou carregado de ansiedade e perigo, e portanto, considerado extraordinário” (MOTTA, 2008, p. 64).

qual não são percebidas como crenças e sim como explicação da realidade, resultando em ações sociais que produzem como resultado outras ações que o confirmam, produzindo valores, ideias, comportamentos e práticas que o reiteram na e pela ação dos membros da sociedade. O mito torna-se um suporte de ideologias, onde se conserva a sociedade como ela é, enfrentando mudanças históricas e negando-as.

Assim, o mito como uma narrativa, estruturado no que é visto de imediato e no que a sociedade acredita ser algo real e pertinente a todos os indivíduos, com base na aparência do que se construiu como o papel da mulher na sociedade, acabou definindo também a construção social que vai determinar a relação mãe e filho a partir da desigualdade de gênero.

Desta forma, o mito do amor materno surge anos atrás com o intuito de atender a interesses econômicos e sociais daquele determinado período, influenciado por pensamentos que resistiram ao longo dos tempos. As relações de gênero acabam criando uma série de estereótipos, onde a mulher deve se dedicar a cuidar dos filhos e do lar, ser uma “boa mãe”. Ainda hoje, existem discursos que legitimam o amor materno, condenando àquelas mulheres que desafiam os valores dominantes, sendo estas rotuladas de desnaturadas e egoístas. Segundo Motta, “a ideologia da maternidade vivida ainda em nossos dias confere à todas as mulheres a capacidade “natural” de amar os filhos e dele cuidar, sem restrições” (2008, p.68).

O amor materno não é uma questão instintiva da natureza da mulher, mas sim uma construção cultural, histórica e moral, que está relacionado à vontade e desejo que existe de uma mulher em ser mãe, sendo errôneo afirmar que todas as mulheres têm este mesmo desejo. Para Badinter (1985), o amor materno existe desde a origem da sociedade, mas não como sendo necessário a todas as mulheres e nem que a sociedade apenas sobreviva graças a ele. Porque em primeiro lugar, qualquer pessoa que não seja a mãe pode “maternar” uma criança, e em segundo não é só o amor que leva uma mulher a querer cumprir com seus “deveres maternos”. Neste sentido, a moral, os valores sociais ou religiosos podem ser influências tão poderosas quanto o desejo de ser mãe.

“A maternidade, enquanto uma condição biológica, é natural, visto que é da natureza da mulher uma pré-disposição orgânica para gerar um bebê, mas o amor materno está longe de ser uma condição inata” (MENEZES, 2007, p. 24). A partir disso, desde os séculos passados, muitas são as mulheres que desafiam o mito do

amor materno, optando por um comportamento diferente do que lhe é posto e acabam por isso, sofrendo com o julgamento social. Aquelas que recusam o destino da maternidade são consideradas exceções e recebem o rótulo de anormais, já que a sociedade leva em conta os valores dominantes, estigmatizando quem não segue seus padrões.

A identidade da mulher atrelada ao ideal da maternidade, de esposa e cuidado com a casa faz com que esses valores condenem aquelas mulheres que não desejam ser mães, suas personalidades e valores não condizem com o papel que é socialmente atribuído a elas. Isso, acaba influenciando a estrutura familiar, onde

Nossa história, a evolução dos costumes familiares, econômicos e sociais do mundo ocidental, tornam hoje a posição da mulher particularmente difícil na medida em que ela ganhou direitos de se expressar em outras esferas anteriormente proibidas, mas não adquiriu direito de ser “boa mãe” de um modo diferente do que se conceituava a “boa mãe” no século passado, pois tal como diz Marbeau-Cleirens (1966), em todo sentimento materno os fatores sociais são determinantes (MOTTA, 2008, p.65).

Assim, quando se questiona o amor materno como sendo um sentimento indissociável da identidade da mulher, a sociedade vê a resposta como sendo uma ameaça que pode abalar a organização da família patriarcal, aquela em que a mulher deve seguir os padrões determinados, que além da exaustiva jornada de trabalho, ao encerrar o expediente se torna ainda dona-de-casa e mãe. A maternidade idealizada nos tempos de hoje, confere a mãe uma carga de responsabilidade, onde muitas não estão preparadas para enfrentar os desafios referentes ao ser mãe em uma sociedade que não admite questionamentos em relação ao amor materno, que acaba romantizando a gravidez e a maternagem, criando a imagem de que a maternidade é algo perfeito.

Ao exaltar apenas os pontos positivos da maternidade, não é mencionado em nenhum momento os pontos que serão verdadeiros conflitos que a mulher vai viver. Essa maternidade romantizada acaba sendo fruto de uma sociedade machista que usa disso para sobrecarregar a mulher, a colocando como uma mãe má quando reclama da maternidade ou desnaturada quando a mesma recusa ser mãe. A recusa a maternidade assim, é encarada como uma falha que envolve a própria identidade da mulher (MENEZES, 2007).

Segundo Azevedo (2006 apud OLIVEIRA, 2012) quando a mulher dá à luz a um filho, ela experimenta um conjunto de sentimentos contraditórios que busca conciliar com o que sempre ouviu da maternidade, estabelecendo assim um conflito entre o ideal vivido e aquele que a sociedade introduziu culturalmente em seu desenvolvimento. Porém, existem aquelas mulheres solteiras, que não tem apoio, sofrem com a pressão da família, não recebem nenhum tipo de auxílio, muitas foram abandonadas pelo parceiro em função da gravidez e não possuem qualquer assistência que as auxilie nos seus medos e anseios.

Hilferding, Pinheiro e Vianna (1991 apud Menezes, 2007) ressaltam a necessidade da existência de um desejo da mulher em querer ter um filho para que se desenvolva o amor materno, que somado às boas condições sociais, contribuirão para o desenvolvimento do bebê. Assim, a permanência com a criança sem desejá-la pode trazer sérias consequências, tanto para a criança quanto para a mãe. Um filho pode ter diferentes representações para cada pessoa.

A partir da análise em relação ao significado do amor materno, mergulha-se em um modelo de sociedade que idealiza a maternidade. No entanto, como visto, apesar da veneração do ser mãe, existem mulheres que apesar da gravidez não desejam exercer a maternagem ou aquelas que não tem condições emocionais, psicológicas ou financeiras para exercê-la, optando por encaminhar a criança para a adoção. Com isso, o olhar sobre as mulheres que manifestam a intenção de entregar o filho para adoção, revela o silêncio sobre uma realidade que é negada pela sociedade e rodeada de preconceitos em relação à mãe biológica. Assim, os próximos itens trazem a realidade da adoção, suas transformações ao longo dos anos e reflexões a respeito da entrega de um filho e das mães doadoras.

3.3 A entrega de um filho para adoção

Antes de adentrar sobre o estudo que envolve a entrega de um filho para adoção é importante entender como aconteceu o processo de adoção desde a antiguidade, bem como as transformações que ocorreram ao longo dos anos, para compreender como essas mudanças irão influenciar diretamente a vida das mulheres que manifestam a intenção da entrega do seu filho.

3.3.1 Aspectos históricos e origem da adoção

A adoção é um processo que existe desde a antiguidade e apresentou mudanças ao longo dos anos, se adaptando ao contexto social de determinados períodos, estando hoje voltada para atender aos interesses das crianças. De acordo com Dias (2003) a adoção pressupõe a perda do poder familiar por parte dos pais biológicos e a aquisição de um novo vínculo familiar e filiação pela criança, em termos legais é a colocação de crianças e adolescentes em uma família substituta. Do ponto de vista jurídico,

[...] a adoção é um procedimento legal e consiste em transferir todos os direitos de pais biológicos para uma família substituta, conferindo as crianças todos os direitos e deveres de filho, quando e somente quando forem esgotados todos os recursos para que a convivência com a família original seja mantida (OLIVEIRA, 2011, p. 10).

Hoje, a adoção tem como principal intuito garantir e atender os direitos da criança, porém esta foi uma visão que foi se modificando de acordo com cada tempo histórico, influenciado por culturas, onde adquiriu várias feições ao longo dos tempos. Para isso é importante resgatar momentos históricos da adoção e como esse processo se constituiu no Brasil ao longo dos anos.

A lei mais antiga que tratou sobre a adoção, foi o Código de Hamurabi, na Babilônia, aproximadamente 1700 a.C, o qual era composto por nove artigos. Verifica-se que desde a Antiguidade, a adoção preocupava-se em assegurar direitos a ambas as partes. No entanto, no Código de Hamurabi, os filhos adotivos que questionassem ou rejeitassem sua condição eram punidos de forma mais cruel, possivelmente em decorrência do fato de as crianças apenas adquirirem alguns direitos no final da Idade Média e início da Modernidade (GUEIRROS, 2007).

Outros países também possuíam legislações específicas sobre a adoção naquele período, que se modificaram ao longo dos anos. No Brasil, a primeira legislação que se referiu ao processo de adoção foi o Código Civil de 1916. Antes desta legislação, as crianças eram deixadas no que era denominada Roda dos

Expostos¹⁰. Segundo Rampazzo (s.d), a roda tinha por finalidade evitar o aborto e o abandono em portas de igreja, ruas, florestas, casas de outras famílias.

Em 1957, o instituto da adoção prescrita no Código Civil é atualizado a partir da Lei nº 3.133, onde apenas pessoas maiores de trinta anos poderiam adotar, o adotante deveria ser no mínimo dezesseis anos mais velho que o adotado, casais só poderiam adotar após cinco anos de casamento. O adotado também não possuía os mesmos direitos que os filhos biológicos (BRASIL, 1957). O que se revela é que de acordo com as mudanças para critérios de adoção apenas os adotantes possuíam direitos, não havendo formas de garantia de direitos para as crianças ou adolescentes que eram adotados. Em 1965 através da Lei nº 4.655, houve uma única modificação no processo de adoção onde substituía-se o registro original da criança por outro.

Com a criação do Código de Menores, Lei nº 6.697, em 1979, se discutiu a proteção à criança e ao adolescente. A aplicação desta Lei, levava em conta as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do menor. No que se refere à adoção, essa foi dividida em dois tipos: adoção simples e adoção plena. A adoção simples, seguia os tramites de acordo com o Código Civil, precedida de estágio de convivência, acrescentando-se a alteração do nome e direito à herança. Na adoção plena, os vínculos do adotado com os pais biológicos ou parentes eram desligados, também deveria ser precedida de estágio de convivência de 1 ano, sendo que os adotantes poderiam ter filhos. Deveriam ter mais que 30 anos de idade, serem casados a mais de cinco anos, e a diferença entre o adotado deveria ainda respeitar os dezesseis anos (BRASIL, 1979).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que as crianças e os adolescentes foram vistas como sujeitos de direitos, sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, adolescente ou jovem a garantia dos seus direitos. Segundo o Art. 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária,

¹⁰ De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado ao muro ou janela da instituição. No tabuleiro inferior era colocada a criança, girava-se a roda e puxava-se um cordão com uma sineta, avisando que um bebê acabava de ter sido abandonado, onde a pessoa retirava-se do local sem ser reconhecida (MARCÍLIO, 1998 apud TORRES, 2006).

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.128-129).

Sobre a proteção integral à criança e ao adolescente foi sancionada em 1990 a Lei nº 8.069, que dispunha sobre o ECA¹¹. A Lei também trouxe mudanças importantes referentes ao processo de adoção, onde o filho adotivo teria os mesmos direitos e qualificações que os filhos biológicos, proibindo qualquer tipo de discriminação relativa à filiação. A falta ou carência de recursos materiais não seria motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar, devendo a família ser incluída em programas e benefícios assistenciais, quando nestes casos. Outra modificação relacionada a adoção foi a idade do adotante, que passou de trinta para vinte e um anos, independente do seu estado civil, permanecendo ainda a diferença de idade de dezesseis anos entre o adotado e adotante. Em se tratando de adotados maiores de doze anos, seria necessário o seu consentimento, sendo imprescindível o estágio de convivência, dispensável apenas para crianças menores de um ano. A adoção também é tida como um processo irrevogável (BRASIL, 1990).

Ao longo dos anos a adoção passou por diversas transformações, a atual política de adoção brasileira, tem como base a Lei nº 12.010, aprovada em 2009, onde as alterações foram incorporadas à Lei 8.069, como forma de aprimorar o ECA.

3.3.2 Mulheres que entregam seus filhos para adoção

Em uma sociedade que justifica o amor materno como sendo uma questão inseparável da identidade feminina, a mulher que vai na contramão dos valores dominantes é taxada como anormal e cruel, por não desejar ou por não ter condições de criar o seu filho. A mulher é considerada desnaturada, pelo fato que por nove meses carregar o filho na barriga e não assumí-lo (MENEZES, 2007).

Cabe ressaltar aqui que muitas vezes, a mulher que entrega o filho para adoção também tem a concepção de mãe ideal, o que atrelado a rejeição de uma sociedade que não aceita essa decisão, acaba fazendo com que elas próprias também legitimem o discurso de que abandonam os seus filhos e que são más. Deste modo, a utilização

¹¹ Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

do termo abandono remete a um preconceito em relação ao ato da entrega e também à mulher. Segundo Motta,

A utilização da palavra abandono alimenta o imaginário social com relação aos procedimentos adotados por quem se separa de seu filho e é moralmente tendenciosa, uma vez que arrasta consigo a imagem da criança sendo colocada em risco ou prejudicada de alguma maneira (2008, p.42).

Este preconceito sobre a mulher que decide não maternar o filho, acaba levando muitas a atitudes impensadas, como o real abandono da criança em lugares impróprios, como uma forma de ocultar a sua identidade e fugir do estigma social, onde muitas vezes escondem a gravidez por medo de represálias. Atos assim, onde a vida da criança é colocada em risco, configuram-se como abandono e crime previsto em lei. De acordo com o Código Penal (1940), que trata sobre abandono de incapaz, “Art. 133- Abandonar pessoa que está sob o seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono. Com pena de detenção”.

É importante diferenciar o termo abandono de entrega para que não exista interpretações equivocadas sobre a decisão da mulher de entregar o filho para adoção. Segundo Motta (2008), a implicação do termo abandono recorre da ignorância da sociedade em relação à mulher ou os pais que entregam os filhos para adoção, seus motivos e a diversidade de fatores nessa entrega. Busca-se através dessa diferenciação dos termos, desconstruir o senso comum em relação a mulher, a adoção e também a criança, que carrega consigo a marca de que foi abandonada.

Por outro lado, existem casos em que a mulher mesmo não desejando a maternidade e a maternagem, acaba assumindo o papel de mãe por não querer enfrentar o estigma social e a vergonha. O fato da mãe permanecer com a criança não tendo ciência das consequências de sua decisão pode ser desastroso, no momento em que ela assume a criança sem realmente desejá-la pode no futuro vir a engrossar as fileiras de mães que maltratam seus filhos ou consequências como a institucionalização da criança sem que a mãe decline do poder familiar, indisponibilizando-a para adoção (MOTTA, 2008).

As situações expostas anteriormente permitem uma análise do contexto em que estas mulheres estão inseridas na sociedade, sob o dilema do que fazer diante de um misto de sentimentos que envolve o não querer maternar junto a sua real

decisão, na qual muitas vezes, a gravidez é o limite da mulher. Compreende-se que o prejuízo é um fator decisivo, que muitas vezes irá influenciar de forma direta na sua decisão sobre o destino da criança e também implicações na sua vida após a sua escolha. Apesar de não querer aquele filho, a entrega para adoção pressupõe um ato de amor, uma forma de proteção. Badinter (1985) reitera que a entrega de uma criança nunca é feita de coração leve.

Segundo Menezes (2007) a motivação para a entrega de um filho para adoção pode ser motivada por rejeição, pressão social e também proteção. Quando há rejeição, elementos internos podem contribuir para a decisão, como a relação que a mulher estabeleceu com a mãe durante a sua infância. E como relatado antes, muitas mulheres simplesmente rejeitam a condição da maternidade e não desejam ter filhos. A pressão social também é um elemento determinante no processo, já que muitas mulheres sofrem com a pressão familiar ou social, sem poder contar com nenhum tipo de apoio. A adoção por proteção se constitui como um ato de amor, onde a mãe acredita não poder suprir as necessidades da criança e acaba assim confiando os cuidados a alguém que tenha condições. Muitas mulheres entregam seus filhos na perspectiva de estarem fazendo o melhor para eles. Porém o caráter de decisão de entrega é individual, com características únicas.

Para Motta (2008) a decisão de entregar o filho pode ter vários significados, desde aceitar a impossibilidade de criá-lo, sua rejeição à criança ou aceitar a frustração do amor e o desejo de materno. A autora ainda reconhece que a atitude de proteção muitas vezes reside na separação mãe/filho, em que alguns casos, a mulher está vivendo uma situação limite onde a existência da criança representa uma ameaça à sua própria sobrevivência física ou psíquica. Reafirma-se com isso a importância de acolher a sua decisão e reconhecer que ela está escolhendo o melhor para si e para a criança.

Várias são os fatores que levam a mulher a optar pela entrega para adoção, entre elas a gravidez como sendo um fruto de uma relação eventual, onde não há vínculo com o pai da criança, a falta de condições financeiras e também emocionais. É importante salientar que nem todas as mulheres que entregam os seus filhos tem como motivação a situação econômica e também não sofre com a dor da perda. A análise sobre o que motiva a entrega, não deve se pautar apenas sobre determinantes socioeconômicos, pois toda mulher tem o direito de ter motivações próprias.

Para Santos (2001 apud Mello 2003) embora admita-se que os fatores de ordem econômica são importantes para justificar a entrega de um filho, salienta que por si só, eles não são suficientes. A autora supõe também que existem motivações interiores e subjetivas que levam essas mulheres à doação e chama a atenção para que se evite uma leitura moralizadora ou tendenciosa acerca da questão, onde os profissionais que lidam com essas mulheres devem adotar uma postura de respeito e convivência com as diferenças, tanto culturais como ideológicas e individuais. Entretanto quando se existe o desejo de maternar e a mãe se encontra em uma situação que não possibilita a permanência com o filho, a entrega é permeada pela dor da perda e os fatores de ordem socioeconômica são determinantes.

Conforme Motta (2008), após a entrega do filho, a mulher passa por um período de luto, que muitas vezes vem acompanhado de um sofrimento intenso. Porém, esse luto é denominado de não-franqueado, onde ele não é reconhecido e amparado, muitas vezes ele não é revelado, dado que a revelação pode resultar em uma resposta social negativa de rejeição, afastamento, onde muitas vezes o pensamento diante do enlutado é que “Ele está tendo o que merece”. Mais uma vez, o pensamento que predomina é que a mulher que entrega o filho não tem o direito de expor o seu sofrimento, o que acaba fazendo com que estas sejam silenciadas pela sociedade que não quer ouvir o que estas têm a dizer, estando sua preocupação restrita à criança.

Há os que opinam que devemos nos preocupar apenas com o bem-estar da criança e não com o da mãe que “é adulta”, “sabe se cuidar” e dispõe de livre arbítrio para tomar suas decisões”. A defesa dos interesses da criança feita dessa forma parece-nos gerar soluções imediatistas e de curto alcance, paralisando-nos para iniciativas de caráter profilático e amplo que venham a gerar formas de lidar com o problema atendendo às mães, às crianças e à sociedade de um modo geral (MOTTA, 2008, p.25).

Ainda de acordo com a autora, Motta (2008) defende que essas mulheres são mães abandonadas. Na maior parte dos casos estão desamparadas, sem o apoio da família e do pai da criança. São excluídas e muitas vezes submetidas à miséria, suas necessidades básicas e direitos estão fora do seu alcance, só querem proteger os filhos do desamparo e da violência que elas sofrem. A entrega do filho para adoção é momento no qual tudo começa, o qual merece atenção para que se compreenda as condições e necessidades destas mulheres que são ignoradas pelo silêncio imposto

à questão. Diante disso, o próximo item traz a discussão sobre a Lei 12.010 de 2009, que foi um marco no que se refere ao reconhecimento da entrega para adoção como um direito da mulher, onde as mulheres passaram a serem ouvidas pela Justiça.

3.3.3 A Lei da Adoção e o reconhecimento sobre os direitos da mulher que entrega

A Lei 12.010, que dispõe sobre a adoção, promulgada em 3 de agosto de 2009, promoveu alterações à Lei 8.069, incorporando às mudanças ao ECA. A chamada Lei da adoção versa sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, previstas no Estatuto (BRASIL, 2009).

A Lei da Adoção, no que se refere ao histórico da adoção no país, que passou por diversas alterações, aparece como um avanço no que diz respeito ao direito das crianças e adolescente ao convívio familiar e também às mulheres que manifestam o interesse de entregar o filho para adoção. Procurando também combater o tráfico e adoção ilegal de crianças, já que a falta de informação levou e ainda leva às mães a entregarem os filhos à terceiros, sem o aval da Justiça. Com isso, a Lei reconhece a importância do acolhimento e orientação à esta mulher, que tem a difícil decisão de entregar o filho e encontra-se fragilizada emocionalmente, necessitando de uma equipe preparada para atendê-la. Evitando também aproximações indevidas entre pessoas que querem adotar as crianças, privilegiando os previamente habilitados pelo Poder Judiciário e que já estão inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (AMB, 2007).

É a partir da discussão, que o papel da Justiça se mostra fundamental para combater as práticas ilegais, prevendo que sejam desenvolvidos programas de apoio à mulher que manifesta o desejo de entregar o filho, para que esta faça uma entrega consciente sobre seus direitos e a situação da criança após a entrega, como também determina que sejam desenvolvidos programas nas casas que acolhem as crianças, tanto as que são entregues para adoção como também para àquelas que estão afastadas de suas famílias.

Sobre as mulheres que manifestam o desejo de entregar o filho para adoção, estas obrigatoriamente, serão encaminhadas à Vara da Infância e da Juventude de sua cidade. Um dos principais desafios que a Lei da Adoção trouxe é elaboração de programas, onde é necessária uma equipe preparada para atender a mulher. São procedimentos e demandas para as equipes técnicas da Vara da Infância e Juventude que já convivem diariamente com uma certa defasagem de profissionais. Observa-se assim que a Lei exige programas, mas ao mesmo tempo não oferece condições adequadas para a realização de projetos que visem a atenção à mulher.

Entretanto, a Lei 12.010, a partir de programas de acompanhamento e assistência psicológica às mulheres que manifestam o desejo de entregar os filhos para adoção, trouxe para o debate a importância de um trabalho em rede e da Interdisciplinariedade dentro das Instituições Judiciais brasileiras, onde o Direito, a Psicologia, o Serviço Social e também a Pedagogia, devem se articular para realização de um trabalho coletivo, visando o atendimento à aquela mulher que necessita de acompanhamento.

Mesmo com a precarização dos serviços, em alguns Estados do país, há uma preocupação no sentido de desenvolver programas de acolhimento a mulher que tem a intenção de entregar o filho para adoção. Como exemplo, tem-se o Programa Mãe Legal, desenvolvido pelo Poder Judiciário de Pernambuco, que tem como responsável o NUCE. Assim,

“O Programa Mãe Legal destina-se ao atendimento de mulheres que manifestem a intenção de entregar suas crianças para adoção, seja antes ou após o nascimento. O Programa acolhe estas mulheres e investe na promoção de sua autonomia e no respeito à decisão que as mesmas venham a tomar” (TJPE, 2010, p.4)”.

Segundo a CIJ do TJPE (2013), o ECA ao estabelecer em seu artigo 7º a proteção a vida e saúde de crianças de adolescentes por meio de ações de efetivação de políticas sociais públicas, que possibilitem o nascimento e desenvolvimento em condições dignas de existência, reforçou a necessidade de políticas públicas de proteção à mulher, conforme a assistente social Alessandra Araújo. A articulação defendida pelo Judiciário, não se restringe a apenas o encaminhamento dos usuários aos serviços do Executivo ou a Rede de Assistência Social, mas significa um fluxo de

comunicação constante entre as instituições, respeitando suas competências e estabelecendo metas em comum.

O Programa Mãe Legal foi desenvolvido com o intuito de acolher e escutar as mulheres que se encontram em um estado emocional fragilizado, seus sofrimentos e suas angústias. Buscando respeitar a autonomia da mulher, onde os profissionais procuram se afastar do policiamento. É a escuta do que toda a sociedade pede para ela silenciar. Através do acompanhamento à mulher que manifesta a intenção de entregar seu filho para adoção, uma psicóloga e uma assistente social acolhem a mulher que chega até a Vara da Infância e da Juventude, após o acolhimento e entrevista psicossocial, ela é orientada sobre os aspectos jurídicos e logo é marcada a audiência, onde ela vai decidir o seu futuro e o da criança.

O Programa desenvolvido pelo NUCE, é um avanço no que se refere a construção de um novo olhar sobre as mulheres que entregam seus filhos, na tentativa da quebra de paradigmas, onde o pensamento que predomina é aquele que a mulher não precisa de acompanhamento, que como dito antes, ela é adulta e sabe o que está fazendo. Porém, poucos sabem que a entrega de um filho para adoção é um direito da mulher, assim como o acompanhamento, extremamente importante para compreender os motivos e o momento que esta mulher vive, frente a um contexto muitas vezes de negação dos seus direitos, em que é violentada pela opinião da sociedade, que insiste em não reconhecê-la como sujeito de direitos.

4 METODOLOGIA

A metodologia que orienta a realização deste trabalho articula teoria, método e técnicas em uma perspectiva que vá além do caráter formal destas expressões. Para compreensão de metodologia Minayo (2001, p. 16) a explica como sendo “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Nesse entendimento da autora,

[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, 2001, p. 16).

Como frisa Minayo (2012), fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. Desse modo, a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora.

No entanto não se deve confundir o trabalho do investigador com aquela orientação investigativa em que o objeto gira em torno do sujeito. Netto (2009) utiliza de um exemplo com o espelho para refletir sobre isso, onde o pensamento espelhado na realidade que é refletida no espelho reflete a imagem que se tem diante de si. Se fosse assim, segundo o autor, o papel do sujeito que pesquisa, no processo de busca pelo conhecimento, seria meramente passivo. A orientação teórico-metodológica que este trabalho segue, fundamenta-se no ponto de vista ontológico o qual como diz Tonet,

[...] é, por sua vez, a abordagem de qualquer objeto tendo como eixo o próprio objeto. Lembrando, porém, que ontologia é apenas a captura das determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular) e não, ainda, da sua concretude integral. Deste modo, a captura do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência (TONET, 2013, p. 14).

Assim faz sentido a formulação de Minayo (2012) que reconhece a existência de uma polaridade complementar entre sujeito e objeto no processo qualitativo de construção científica que leva, por sua vez, à necessidade de um esforço metodológico que garanta a objetivação, ou seja, a produção de uma análise sistemática e aprofundada, que minimize as incursões do subjetivismo, do achismo e do espontaneísmo. Após estes breves comentários sobre metodologia de pesquisa, são apresentados os objetivos da pesquisa realizada como as mães que entregaram filhos para a adoção.

4.1 Objetivo geral

Analisar os processos sociais que levam às mulheres a entregar seus filhos para a adoção, a fim de contribuir para à crítica ao mito do amor materno e seus desdobramentos a partir da desigualdade de gênero.

4.2 Objetivos específicos

- 1- Analisar como as expressões da questão social afetam o modo e as condições materiais de vida das mulheres que entregam os filhos para adoção.
- 2- Verificar as implicações das relações familiares e do vínculo com o pai da criança na decisão das mulheres de entregar os filhos para adoção.
- 3- Investigar como as mulheres compreendem a sua situação enquanto sujeitos do processo de entrega de seus filhos para adoção.

4.2.1 Questões norteadoras

- 1- Como as expressões da questão social afetam o modo e as condições materiais de vida das mulheres que entregam os filhos para adoção?
- 2- Qual a implicação das relações familiares e do vínculo com o pai da criança na decisão das mulheres de entregar os filhos para adoção?
- 3- Como as mulheres compreendem a sua situação enquanto sujeitos do processo de entrega de seus filhos para adoção.

4.3 Método

Hegenberg (1976 apud Richardson, 2011) define método como o caminho pelo qual se chega a determinado resultado. Nesta pesquisa o método utilizado foi o método materialista, histórico e dialético, que permitiu à compreensão de todo um processo histórico e também investigação da realidade. Segundo Gil (2007), a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais.

Segundo Netto (2009), Marx definia a teoria como a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. É a partir da teoria que o sujeito reproduz em seu pensamento, a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. Com isso, o objetivo do pesquisador, indo além da aparência, sendo essa um nível de realidade, algo importante e não descartável, é apreender a essência do objeto. Assim, o método de pesquisa propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência busca alcançar a essência do objeto. A partir da captura da estrutura e dinâmica da essência do objeto, por meio de procedimentos analíticos, o pesquisador reproduz no plano do seu pensamento, mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, a essência do objeto que ele investigou.

Para Grespan (2002), a dialética seria o método de descoberta das contradições, onde Marx afirma que tais contradições estão nas relações sociais de

produção e nas forças produtivas. Para Marx, no debate sobre o método dialético, existia um “caroço racional” a ser descoberto dentro de seu “envoltório místico”, onde para extraí-lo seria necessário rasgar a casca da fruta. Significa assim, que se deve partir da aparência para poder se descobrir a essência do objeto. Com isso, Marx afirma que há uma essência que se manifesta na realidade exterior de forma diferente, sendo necessária assim uma ciência dialética e rigorosa para descobri-la e entender porque ela se exterioriza.

O pensamento de Marx a partir da dialética, segundo Grespan (2002) era uma inversão ao pensamento de Hegel. Diferente do que dizia Hegel, de acordo com Marx, o Estado ocorre somente no plano jurídico, assim não consegue resolver no plano social conflitos que são de interesse particular, que determinam o plano social. Isso significa que juridicamente a Sociedade Civil e Estado se articulam como um todo identitário, onde todos são iguais perante a Lei. Porém, essa igualdade jurídica envolve uma profunda desigualdade social entre aqueles de são detentores dos meios de produção e os trabalhadores. Para Marx, a igualdade jurídica se determina pela desigualdade social, por diferenças e antagonismos que são essenciais.

O que predomina sobre essa igualdade jurídica é a diferença social e nela, as mulheres também aparecem como iguais perante os homens, porém estas convivem e estão sustentadas por uma profunda desigualdade de gênero. A partir do método utilizado na pesquisa o que se buscou foi tanto analisar o que essa igualdade formal da mulher na sociedade oculta, quanto os fenômenos sociais em que se manifestam a discriminação e a violência contra a mulher. Onde a imposição da sociedade em dizer que a mulher não pode entregar o filho representa também um tipo de violência. Para além da desigualdade de gênero,

Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Neste estudo, a análise da trajetória de vida de algumas mulheres e seus vínculos familiares, assim a forma que as expressões da questão social estão implicadas no desfecho destas mesmas mulheres ao entregar seus filhos para a adoção, tem como referência as seguintes condições a que o ser humano está submetido, onde a produção dos meios para satisfação de suas necessidades, a produção da própria vida material é uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, assim como tempos atrás, deve ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente por manter homens vivos (MARX; ENGELS, 2007).

Outra condição apontada por Marx e Engels (2007) é que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família”¹².

Diante disso, é importante o que Mascaro (2013) sublinha sobre as formas sociais, e dentre elas a família. Para o autor, as interações entre indivíduos, grupos e classes não se fazem de modo ocasional ou desqualificado. Para o autor, a forma-família, por exemplo, estatui posições, papéis, poderes, hierarquias e expectativas. Entre pais e filhos e marido e mulher operam mecanismos formais que constituem uma base estrutural e inconsciente de suas posteriores relações voluntárias ou conscientes.

Essas posições e papéis além de transformarem-se ao longo do tempo, assim, no caso das mulheres que entregam seus filhos para a adoção, apontam para configurações familiares que não raras às vezes são estigmatizadas, pela aparência dos processos sociais recaindo sobre a mulher o peso desse estigma. As formas sociais sejam elas referentes à mulher, o homem e a família, neste caso, são facilmente apreendidas de forma a-histórica, como aparência e manifestação imediata das relações de gênero. No entanto, como diz Mascaro,

¹² Grifos do autor.

O processo de constituição das formas, no entanto, é necessariamente social, histórico e relacional. É por meio de interações sociais que elas mesmas se formalizam. São as trocas concretas que ensejam a sua consolidação em formas sociais correspondentes. Com isso, quer-se dizer que as formas sociais não são preexistentes a quaisquer relações, como se fossem categorias do pensamento. Os mecanismos sociais que operam às costas da consciência dos indivíduos são também resultantes de relações concretas dos próprios indivíduos, grupos e classes. As formas são imanentes às relações sociais. E às diferentes interações sociais correspondem também formas sociais específicas, mutáveis historicamente (2013, p. 21-22).

Além das categorias dialéticas, que sustentaram o estudo, sendo elas a historicidade, totalidade e contradição, elegeu-se também categorias explicativas da realidade: gênero, adoção e maternagem, que contribuiriam para uma estrutura de reflexões e apontamentos sobre o tema.

Segundo Konder (2008), a totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem. Na maneira de se articular e constituir uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam caso permanecesse fora do conjunto. Para trabalhar dialeticamente com o conceito de totalidade é importante saber qual é o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas que estamos nos defrontando. Diniz (2008) se refere a totalidade como entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, inter-relacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui. Já a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem.

A dialética não se contrapõe a lógica, mas vai além dela, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar. De acordo com Triviños (2007), a contradição é uma interação entre aspectos opostos, ressaltando que ela é a origem do movimento e do desenvolvimento. A historicidade compreende a constante mudança da sociedade e da natureza (DINIZ 2008).

Para compreender a realidade as três categorias são fundamentais. Segundo Netto (2009), para conhecer a realidade é preciso compreender o objeto estudado em sua historicidade, entendendo-o como um processo inserido em uma totalidade na qual se estabelecem inúmeras relações. A articulação das categorias é importante para que os sujeitos não sejam vistos de forma isolada e sim na sua totalidade, desvendando o que está aparente, buscando a essência do objeto.

4.4 Tipo de pesquisa

O estudo foi norteado pela pesquisa de tipo qualitativa, o que permitiu uma reflexão sobre determinado modo de vida e visão de homem. De acordo com Minayo(2012) pesquisas qualitativas compreendem um conjunto de substantivos cujos sentidos se completam, tais como a experiência, vivência, senso comum e ação, onde se baseia em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar. Para compreender é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, dado que sua subjetividade é manifestação do viver total. Porém, é preciso entender que a experiência e a vivência de uma pessoa acontecem no âmbito da história coletiva e se desenvolvem de acordo com a cultura do grupo em que se insere. Assim, toda compreensão se torna parcial e inacabada, já que somos limitados no que compreendemos e interpretamos.

A partir de uma análise qualitativa além de buscar compreender os processos que envolvem as pessoas e suas histórias, buscou-se também um entendimento a partir das contradições que envolvem o processo. Minayo destaca que “o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais e dos interesses” (2012, p. 623).

Segundo Richardson (2011), investigações pautadas em uma análise qualitativa tem como objeto situações complexas e particulares, podendo descrever a complexidade de determinado problema, compreender e também classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuindo para a mudança de determinado grupo, possibilitando em um maior nível de profundidade o entendimento sobre as particularidades do comportamento dos indivíduos.

Se caracterizou como uma pesquisa documental com ênfase qualitativa, de caráter exploratório. A pesquisa documental tem como característica fontes de coleta de dados que estão restritos a documentos, escritos ou não, constituindo fontes primárias (LAKATOS, 2003). No que se refere a pesquisa exploratória, Gil destaca que esta tem como objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis. São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (2007, p.43).

4.5 Universo e amostra

O universo segundo Gil (2007), é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características em comum. Nesta pesquisa, o universo se deu com base em pesquisa no portal do Google e Youtube, em que foram encontrados reportagens e vídeos sobre o tema, onde foi delimitado para a busca documentos que são fontes primárias, ou seja, que ainda não receberam tratamento.

Em um primeiro momento, a pesquisadora tinha como intenção entrevistar de forma direta mulheres que entregaram os filhos para adoção, porém o estigma e a própria política de adoção fechada adotada no país, que trata todo processo como segredo de justiça, tornaria difícil a aproximação. Desta forma, como segunda opção, teria a fala das instituições e profissionais que trabalham diretamente com a mulher que entrega o filho, mas a fala dos mesmos não teria o mesmo conteúdo, pois a fala das próprias mulheres se aproximaria da realidade que elas vivenciam. Assim, como terceira opção a pesquisadora optou por documentos encontrados na internet, na qual observou que o material descoberto, apesar da dificuldade de encontrar relatos de mulheres que estão ou já passaram pelo processo de entrega, seria de grande relevância para a pesquisa, que são vídeos e reportagens que trazem a fala e informações de dez mulheres que entregaram seus filhos para adoção.

A amostra segundo Lakatos (2003), é uma parcela conveniente que foi selecionada do universo, assim ela é um subconjunto do universo. A partir da busca do material para ser utilizado na pesquisa, constatou-se que são poucos os materiais referentes ao tema, o que dificultou a seleção do material a ser utilizado, a maioria dos estudos se pautavam na criança que se encontra na fila para adoção e nos pais adotivos, ou aqueles que pretendiam adotar.

A amostra da pesquisa se caracterizou como intencional, que segundo Gil (2007) consiste em selecionar um grupo com base nas informações disponíveis que possa ser considerado representativo para o todo. Com base nisso, o pesquisador seleciona o conteúdo que contribuirá para o alcance de seus objetivos. Assim, obedecendo os critérios de seleção, que consiste em documentos que tragam relatos das mães que manifestam o desejo de entrega do filho, bem como sua história de vida

e seus direitos, foi delimitado como período para a amostra casos que aconteceram a partir da década de 70 até o ano de 2016, no Brasil.

Assim, para a análise delimitou-se dois relatos contidos em um seminário que ocorreu em Recife, denominado “Um novo direito, um novo olhar”, quatro relatos vinculados a uma reportagem do Correio Braziliense, que traz como título “O maior vazio do mundo”, uma reportagem do site Gshow, três relatos de mulheres que entregaram seus filhos para adoção no site G1 e um relato em uma reportagem da revista Marie Claire, intitulado “Eu dei meu filho em adoção”. Desta forma, o universo e a amostra são idênticos. Os sujeitos da pesquisa foram identificados de acordo com o número atribuído a cada caso analisado, conforme a tabela¹³ a seguir que mostra os casos e os respectivos endereços em que podem ser encontrados e acessados:

Caso	Fonte
Caso 1	http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-2edicao/videos/v/mae-vai-a-juizado-de-se-para-entregar-filho-que-esta-gerando-para-adocao/4752067/
Caso 2	http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/bom-dia-santa-catarina/videos/v/mae-de-joinville-reconhece-filha-que-entregou-para-adocao-ha-mais-de-duas-decadas/2086132/
Caso 3	http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/v/mae-que-entregou-os-filhos-para-adocao-na-paraiba-quer-conhece-los/3099737/
Caso 4	https://www.youtube.com/watch?v=EVD5MEDcbjY
Caso 5	https://www.youtube.com/watch?v=EVD5MEDcbjY
Caso 6	http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/O-programa/noticia/2013/10/mae-reencontra-filho-biologico-apos-34-anos-paguei-um-preco-alto-por-isso.html
Caso 7	http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2014/03/16/interna_revista_correio,417560/o-maior-vazio-do-mundo.shtml
Caso 8	http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2014/03/16/interna_revista_correio,417560/o-maior-vazio-do-mundo.shtml
Caso 9	http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2014/03/16/interna_revista_correio,417560/o-maior-vazio-do-mundo.shtml

¹³ Outras informações e análise dos casos encontram-se nos anexos que constam no final do estudo.

Caso 10	http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML733264-1740,00.html
---------	---

4.6 Análise e tratamento dos dados

A análise do material se deu a partir de elaboração de um instrumento de coleta de dados, por meio de um roteiro de análise documental, sobre os documentos que foram selecionados como amostra. A análise de conteúdo foi de acordo com Roque Moraes (1999), onde é uma análise que conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, que ajuda a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados em um nível que vai além da leitura comum, que tem um significado especial no campo das investigações sociais.

A primeira etapa da análise foi a preparação, que consistiu em identificar as diferentes amostras de informações que foram analisadas, os documentos incluídos na amostra foram representativos e pertinentes ao objeto de análise. A segunda etapa foi a unitarização, que consistiu em reler os materiais com a finalidade de definir a unidade de análise, elemento ou indivíduo unitário a ser classificado. A terceira etapa foi a categorização, procedimento de agrupar os dados de acordo com partes em comum existentes entre eles, por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos. A quarta etapa, consistiu na descrição, após definidas as categorias foi preciso comunicar o resultado do trabalho, produzindo um texto síntese que expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. A quinta e última etapa foi a interpretação, que buscou atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo, esta constituiu uma etapa extremamente importante em toda análise de conteúdo.

O retorno dos dados será por meio da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, o qual trará os resultados obtidos através deste estudo, tendo como local para apresentação a Universidade Federal do Pampa- Campus São Borja.

5 ANÁLISE DOS PROCESSOS SOCIAIS¹⁴ PRESENTES NA REALIDADE DAS MULHERES QUE MANIFESTARAM A INTENÇÃO DE ENTREGAR O FILHO PARA ADOÇÃO

5.1 O perfil das mulheres que entregaram os filhos para adoção

Buscando compreender o significado da entrega de um filho para adoção na vida destas mulheres, deparou-se com uma realidade social vivida por elas recheada de dramas e angústias. Muitas engravidaram ainda na juventude, algumas não foram informadas sobre métodos de como prevenir uma gravidez ou até mesmo sobre sexo seguro. Na maioria dos casos, elas tinham entre 15 e 23 anos, salvo uma mulher de 39 anos, onde a gravidez foi fruto de um estupro. Todas eram solteiras, algumas foram abandonadas pelo parceiro quando foi descoberta a gravidez, outras não possuíam vínculos afetivos com o pai da criança, também houve aquelas que decidiram não revelar a gravidez, optando pelo silêncio.

Dos dez casos analisados, em quatro deles as mulheres já tinham filhos de relações anteriores. No caso 1 ela já tinha uma filha de 4 anos, no caso 4 ela tinha um filho de 17 anos e dois filhos gêmeos, no caso 8 ela era mãe de um filho e no caso 9 de duas filhas pequenas. Nenhuma gravidez foi desejada pela mulher. A amostra selecionada acaba não identificando em todos os casos a cor da pele das mulheres.

Durante a análise dos processos sociais que se apresentam nas histórias de vida contadas pelas mulheres, identificou-se que o modo como elas se relacionam e as relações sociais, trazem elementos da realidade que se apresentam em sua vivência e no momento decisivo em que a entrega do filho para adoção se mostrou como uma última alternativa para elas. Dentre os processos sociais mais amplos, se

¹⁴ A noção de processos sociais enquanto campo de relações de força, emerge como um instrumento intelectual privilegiado das práticas sociais. Para noção de relações sociais e agentes sociais, homens e mulheres que tecem este espaço social definem estes processos de modo complexo, pelas posições de classe, gênero ou etnia, diferenciados internamente em classes, frações de classe, categorias ou grupos sociais. Mais além, estes processos são potencialmente construídos em forças sociais, em estratégias e trajetórias de conservação ou de transformação da ordem social (SANTOS, 1999).

tem as mais diversas expressões da questão social¹⁵ que se manifestam em seu cotidiano, como rebatimento destes processos sociais analisados em sua singularidade, que determinam o modo de vida e as relações nas quais a mulher está inserida e também o seu núcleo familiar.

Entre os pontos observados está a relação da mulher com o mercado de trabalho. Em sua condição de inserção no mundo do trabalho, a maioria trabalhava como empregada doméstica, ou seja, em um trabalho que oferece baixa remuneração. O que de acordo com Faria (2012), acaba por representar um “trampolim”, quando se pensa na sua situação econômica, na pobreza, no desemprego e também a falta de oportunidades, em que o trabalho doméstico se mostra como uma das únicas alternativas para trabalhar. E estes se apresentam como trabalhos que beiram a condição da precariedade, embora muitas vezes seja um salário mínimo e que as trabalhadoras recorrem a migração para poder se inserir no mercado de trabalho.

Deste modo, outro aspecto importante para se destacar é a questão das migrações. Quase em sua totalidade, as mulheres tiveram que sair de suas cidades desde muito novas em busca de melhores condições de vida, como mostra o caso 4: “(...) fiquei com minha família até os 15 anos. Depois eu decidi deixar minha família e fui trabalhar na casa dos outros. Aluguei um quartinho e me virei. Sai da minha cidade no interior e fui pra Recife” (TJES, 2013). Faria (2012) em seu estudo sobre o processo de migração envolvendo as mulheres inclui que os processos de migrações são motivados principalmente pela busca por trabalho. Ainda de acordo com a autora, quando se pensa na migração feminina e sua conexão com o mercado de trabalho, percebe-se que o trabalho doméstico é um dos alvos adotados pelas mulheres para ingressarem no mercado de trabalho e com isso garantir a reprodução de sua vida.

O processo que envolve a questão da migração se associa como visto, com a relação da mulher com o mercado de trabalho, onde as trajetórias das mulheres dos casos analisados é também a de tantas outras mulheres migrantes, muitas vezes inseridas em contextos de vulnerabilidade social que vivem em relação ao próprio

¹⁵ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista e expressa as desigualdades econômicas, políticas e também culturais das classes sociais, mediadas pela disparidade nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (CFESS, 2012).

mundo do trabalho, que faz com que muitas tenham que se deslocar de suas cidades em busca oportunidades de emprego.

Identificou-se na análise que muitas dessas mulheres ao saírem de casa, algumas ainda solteiras e outras já com seus filhos, assumiram a responsabilidade pelo grupo familiar. Assim, elas tiveram que enfrentar as barreiras impostas pela desigualdade entre os gêneros desde cedo e que afetam principalmente as mulheres chefes de família, a qual segundo Manfrini (2003), entre os principais problemas que enfrentam estão o difícil acesso ao mercado de trabalho, a discriminação em relação ao salário, a dificuldade de acesso a moradia, além de creches e escolas para seus filhos.

Assim, no que se relaciona a questão do gênero, segundo o Boletim Dieese (2004), merecem atenção o fato do aumento do número de domicílios chefiados por mulheres e a sua inserção no mercado de trabalho. Porém, é possível observar que os domicílios chefiados por mulheres ainda apresentam, uma renda inferior àqueles que são chefiados por homens e isso estaria associado ao perfil da chefe do domicílio, que está diretamente relacionado à desigualdade de gênero, onde geralmente não possui cônjuge, possui baixo nível de escolaridade associado as dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho formal, que refletem em inserções vulneráveis e menores rendimentos no emprego.

Como pode-se observar, as histórias dessas mulheres são permeadas por situações de vulnerabilidade, tanto material como emocional. Várias são as expressões da questão social que se manifestam no cotidiano das mesmas. A violência, de acordo com as falas, foi outro elemento em comum na vida delas. Entende-se dessa forma, que a violência aqui envolve principalmente a condição do ser mulher, em que foi constatado tanto agressões físicas, que envolvem a violência doméstica¹⁶, que é denominada também de violência intrafamiliar por alguns autores e a violência sexual, que é o caso do estupro¹⁷, demonstrando as formas de dominação da mulher pelo homem.

¹⁶ “Violência doméstica é a que ocorre dentro de casa, nas relações entre as pessoas da família, entre homens e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas. Podemos afirmar que, independente da faixa etária das pessoas que sofrem espancamentos, humilhações e ofensas nas relações descritas, as mulheres são o alvo principal” (TELES, 2003, p. 19).

¹⁷ “Estupro significa ato de constranger alguém a ter relações sexuais, sem desejo e sem consentimento, mediante o uso de força física, psicológica ou de graves ameaças, podendo ocorrer tanto na esfera privada como nos espaços públicos, e ser praticado por pessoa conhecida ou não da vítima” (TELES, 2003, p. 41).

De acordo com Teles (2003), a violência pode ser uma das mais graves formas de discriminação da mulher. O que desta forma,

Constitui violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz em suas comunidades; direitos inalienáveis do ser humano (TELES, 2003, p. 23).

No que diz respeito aos casos que foram analisados, no caso 8 a mulher traz em seu relato como a violência intrafamiliar estava presente no cotidiano da família: "Meu pai era ranzinza, ruim. Batia na mãe e na gente" (CORREIO BRAZILENSE, não consta data). No caso 4, a mulher revela que os companheiros na qual se relacionou eram violentos:

"Tenho um filho que hoje tem 17 anos, ele é filho de um companheiro que eu tive por quatro anos, mas ele batia em mim, batia muito e eu resolvi me separar. Passei um tempo sozinha, mas depois resolvi me casar novamente, engravidei de novo e tive dois filhos gêmeos, mas ele também me batia, e eu deixei. Hoje sou solteira e moro com minha sobrinha e meus filhos" (TJES, 2013)

Neste caso, não bastasse toda a violência a qual ela foi exposta pelos antigos companheiros, a sua última gravidez foi fruto de um estupro. Desta forma, o estupro também está relacionado a desigualdade que existe entre os gêneros, já que o abusador não comete o crime para sanar seus desejos sexuais, mas sim como uma forma de demonstrar o poder do homem, dominar a vítima. Quando de debate sobre o estupro, não se pode relacioná-lo ao sexo, como muitos de maneira equivocada relacionam, ele se refere a dominação de gênero e por isso muitas vezes as vítimas são culpabilizadas em casos que envolvem a violência sexual.

Segundo Teles (2003, p. 43), "o estupro deprecia a condição humana, destrói a personalidade da vítima, ultraja um dos direitos humanos mais elementares, que é a integridade pessoal e o controle sobre o seu próprio corpo". É como relata a mulher que se refere o caso 4: "(...)essa gravidez é fruto de uma violência que eu sofri, fui à polícia, foi terrível, eu nunca vou esquecer o que aconteceu, fiquei dois dias internada de tanto que sofri" (TJES, 2013).

Assim, muitas das trajetórias de vida dessas mulheres, mesmo que elas residam em localidades diferentes ou pertençam a famílias diferentes, através da análise das suas falas, torna-se evidente que suas trajetórias se encontram, mostrando que existem particularidades que se aproximam muito umas das outras. Dessa maneira, destacar o perfil das mulheres e também suas trajetórias de vida, que envolvem as mais variadas expressões da questão social, é o passo inicial para compreender como a desigualdade de gênero, sua condição enquanto mulher e as dificuldades em relação a cada história influenciaram na decisão da entrega do filho para adoção, que também estará diretamente ligado ao olhar que a sociedade terá sobre elas e a própria percepção que essas mulheres terão de si mesmas.

5.2 A relação com a família

A relação familiar se mostrou como um fator importante a ser investigado, já que muitas mulheres não conviveram com a família e também houve aquelas que ao descobrirem a gravidez se distanciaram de seu núcleo familiar. No caso 4 ela relata: “Sou a segunda filha de três, minha mãe nos deixou ainda quando éramos pequenos, não sei nada dela. Meu pai conseguiu uma nova companheira e eu fui criada por ela, mas meu pai e ela morreram cedo (...)” (TJES, 2013). Neste caso, a mãe não esteve presente na vida da filha, seu papel foi desempenhado pela companheira do pai, que assumiu a responsabilidade. Porém ambos morreram cedo e ela ficou sob os cuidados da família até um certo período.

No caso 5 a mulher relata que foi criada pelos avós, ela e o irmão, no interior. O avô sempre incentivou a educação dos netos, comprou uma casa na cidade para que eles pudessem estudar. Ela estava no último ano da faculdade quando engravidou, foi quando ao se ver naquela situação e com medo de ter que interromper os estudos, ela decidiu esconder a gravidez de todos. O desespero ao descobrir que seria mãe, também levou a mulher que se refere o caso 10 a esconder a gravidez da família e do namorado, decidindo assim mudar de cidade para ter o bebê: “Arrumei um emprego em Brasília e fui para lá aos cinco meses de gravidez” (CORREIO BRAZILIENSE, não consta data).

No caso 9 a mulher conta que era órfã de pai e mãe, ou seja, teve dificuldades em relação a sua própria criação. Segundo Motta (2008) a relação que envolve a maternidade é desde o começo determinada por questões que vão desde o desenvolvimento da infância, da educação e também a cultura da mãe. Na reportagem não é citado quem ficou responsável por ela desde a morte dos pais, apenas é citada a irmã mais velha. Ela conta que foi morar em Goiânia com a irmã, já tendo duas filhas pequenas. Quando tinha 23 anos engravidou de novo, foi quando a irmã disse que se nascesse outra menina, ela teria de entregar a criança. O núcleo familiar, segundo informação da entrevistada se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade social.

5.2.1 O apoio da família

Conforme a análise dos casos sobre mulheres que manifestaram a intenção de entregar o filho para adoção, o apoio da família apareceu como um fator determinante de sua decisão. No caso 1 a mãe da mulher e avó da criança, reconheceu que criaria a criança, mas com um salário mínimo e um emprego informal não seria viável. Segundo ela: “bastava ter um emprego fixo, aí eu criava, (choro). Porque assim, eu queria ajudar, mas não posso” (G1/TV SERGIPE, 2016).

No caso 2, que ocorreu na década de 80, ela conta que o pai não aceitou que a filha fosse mãe solteira ainda na juventude, então não teve outra alternativa senão entregar a criança, já que não teve o apoio da família, em que o pai praticamente a obrigou a tomar essa decisão. No caso 3 a mulher também não recebeu o apoio da família e a alternativa foi a entrega. Ela acabou entregando seus dois primeiros filhos, já que não tinha condições de cria-los, ainda mais sem amparo.

No caso 4, ao meu ver o caso mais delicado que foi analisado, a mulher recebeu o apoio dos filhos, dos vizinhos e também da patroa, conforme o relato do vídeo. Porém, não caberia aqui destacar o apoio como um fator positivo, já que a gravidez sendo fruto de um estupro perpassa por muitos outros fatores que vão além do amparo recebido. Apesar do apoio de todos, de ter condições de criar a criança, estava envolvido neste caso o próprio emocional da mulher, que teve seus direitos violados no momento em que foi vítima de um estupro. Ela carrega consigo as marcas da

violência e as pessoas pareciam ignorar este fato, porque era, segundo elas “uma vida”.

No caso 5 ela omitiu o tempo todo a gravidez com medo de ter que largar os estudos para cuidar da criança, estava no último ano da faculdade. Escondeu a gestação das amigas e do irmão, que morava junto com ela. Quando ia visitar a família no interior disfarçava a gravidez apertando a barriga ou dormindo de lado. Segundo ela, por ser “gordinha” ninguém percebeu. Quando sentiu as contrações, fez o parto sozinha em casa e no primeiro dia útil foi com a criança ao Juizado entregar a criança. Segundo seu relato:

“Comprei uma mamadeira e dei de comer para o meu filho. Mas eu tinha que entregá-lo, meu irmão ia voltar na segunda-feira, fiquei o sábado e o domingo com a criança e na segunda de manhã eu decidi, eu tenho que ir ao tribunal” (TJES, 2013).

Este caso merece atenção pelo fato de que o apoio na família foi realmente determinante para o destino da mulher e do bebê. Ao chegar no Juizado com a criança, muito abalada, ela conta:

“Eu chorava e segurava, ele estava quietinho, parecia um anjinho e eu disse para a equipe, que quero entregar, eu preciso estudar, o que vai ser da minha vida se eu não estudar? Minha família não vai entender, não vai me apoiar, vai me criticar” (TJES, 2013).

Como já dito antes, o medo de ter que abandonar os estudos levou a decisão da entrega, porém não era realmente o seu desejo. Ao conversar com a equipe, ela decidiu contar ao irmão sobre o filho, logo após contou para a família:

“Para surpresa minha eles disseram que eu ia ficar com a criança, que eles iam me ajudar, que eu não ia parar de estudar coisíssima nenhuma, eu ia continuar os estudos. E eu pude ficar com minha criança” (TJES, 2013).

O caso 5 e muitos outros casos que vão além dos analisados neste trabalho, revelam que o apoio da família muitas vezes é a peça chave na decisão da mulher. Como também em muitos casos analisados aqui, talvez com o apoio da família a decisão poderia ser diferente, porém a falta de apoio aliada principalmente a sua condição econômica e também a situação de vulnerabilidade, não permitiram ter o

mesmo fim que o caso 5, que mesmo manifestando a intenção da entrega da criança, acabou ficando com o filho.

No caso 6, ela relata que a gravidez foi um susto, seus pais não sabiam o que fazer diante da situação. A família estava passando por um momento delicado, por motivo de doença dos seus avós, segundo ela estavam passando por uma turbulência em todos os sentidos quando aconteceu a gravidez. Diante disso, a família resolveu que não teria condições de criar a criança e a entrega foi a única alternativa.

No que se refere ao caso 7 a mulher não recebeu o apoio da família e foi expulsa de casa. O caso 8 ela também não recebeu amparo, aliado a falta de condições e também a violência, a mulher viu na entrega a chance de proteger a criança de toda realidade que ela vivenciava. Fato parecido também ocorreu com o caso 9, a irmã não a deixou ficar com a filha e ela teve que entregá-la, segundo o relato: “Eu levei minha neném para casa e minha irmã ficou muito nervosa. No outro dia, tive de levá-la ao trabalho dela e entregá-la a outra família” (CORREIO BRAZILIENSE, não consta data).

5.2.2 Os valores morais presentes no âmbito familiar

Os valores que foram estabelecidos socialmente através dos anos em relação a conceitos, crenças e pensamentos que foram e são transmitidos ao longo do desenvolvimento de um indivíduo e também da sociedade, que são valores morais e religiosos impostos em primeiro lugar pela família, mostram como a construção do mito do amor materno influenciou gerações que passaram a legitimar discursos sobre a importância sobre o ser mãe para uma mulher. Essa foi uma questão central na análise dos casos das mulheres que entregaram o filho, a questão de como a sociedade e principalmente a família reproduzem valores morais acerca da temática. É importante destacar que o conceito de boa mãe e também o amor materno estão calcados em mitos e crenças que compõem o imaginário social, criando um conjunto de elementos simbólicos em que foram construídos certos significados onde a maternidade se construiu sob um determinado modelo (MOTTA, 2008).

Com base nos valores morais da época, a mulher que se refere o caso 2 foi obrigada pelo pai a entregar a filha para adoção, porque ele não aceitava que sua filha

fosse mãe solteira. Segundo ela: “ (...) ele disse, pode ficar, mas a criança aqui não fica” (G1/RBSTV, déc. 80). No caso 7 a mulher relata que os pais eram: “pessoas simples e preocupadas com o que os outros iriam pensar” (CORREIO BRAZILIENSE, déc. 80), a expulsaram de casa. Não bastasse o drama de ser mãe sem o apoio do pai da criança, em uma época que engravidar sem estar casada era visto com estranhamento, como uma desonra, elas tinham que conviver com a rejeição e falta de apoio da família que tinha como base os valores morais.

Entretanto, muito se fala que alguns valores são de décadas atrás, porém apesar de alguns avanços no que se refere a conquistas que envolvem o movimento feminista e os direitos das mulheres, certos valores ainda continuam sendo propagados tanto pela família como pela sociedade em geral, como é o caso das mulheres que são sempre lembradas por serem “mães solteiras”, como se o ser mãe estivesse diretamente ligado a um casamento e já que neste caso ela não possui um parceiro, o “mãe solteira” acaba sendo como um estado civil. Assim,

Há uma organização simbólica da família que diz respeito à moral, a qual identifica o homem como a autoridade moral da família perante o mundo externo. Neste sentido, o homem exerce sua autoridade e garante os recursos materiais, o respeito e a proteção à família. Assim sendo, a mãe solteira, incapaz de dar conta dessa concepção de ordem doméstica que garante a respeitabilidade familiar, é vista de forma estereotipada e negativa pela sociedade, pois não tem um homem provedor e mediador do mundo externo (SARTRI, 2003 apud Menezes, 2007, p. 55).

O importante para se destacar é que no caso do homem, ele raramente vai ser apontado como “pai solteiro” e quando isto acontecer será seguido pelo discurso de que a mãe rejeitou a criança, que está se esforçando no papel de pai, enquanto que no caso da “mãe solteira”, o que é apontado é o fato da mulher ter sido abandonada e não o fato de que o pai rejeitou a criança. Isso mostra o quanto os valores morais e também o machismo ainda estão presentes no nosso cotidiano.

Os valores seguem sendo apresentados em outros relatos, como no caso 4, em que a gravidez foi fruto de um estupro, todos diziam para ela não entregar a criança, até mesmo seus filhos, pareciam ignorar o fato da aquela criança ser resultado de uma violência. Segundo ela:

“Minha patroa tentou me convencer a ficar com ele, ela disse que me ajudaria, mas eu disse que não é problema financeiro, eu tenho minha casa, eu tenho minha renda, mas eu não consigo, eu não quero ficar, eu vou entregar essa criança” (TJES, 2013).

No caso 10, o medo da reação de sua família influenciou a mulher a esconder a gravidez: “Pensava no que o meu pai, que era severo, faria comigo. Minha mãe é religiosa e talvez não me condenasse” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta data). A partir das falas, percebe-se que a temática que envolve a mulher que manifesta a intenção de entregar um filho para adoção está completamente envolta a valores morais que tendem a inferiorizar a mulher. Vários são os julgamentos sobre ela quando as circunstâncias envolvem questões que a sociedade julga como certo ou errado.

5.2.3 O aborto como uma das alternativas

As mulheres dos casos analisados não realizaram o aborto, mas demonstram em suas falas, que a prática se apresentou como uma opção visualizada por elas, seus familiares e também por amigos do seu convívio mais próximo. Dos dez casos analisados, em cinco casos o aborto apareceu como uma alternativa para decidir o destino da criança e também da própria gravidez, o que é bastante significativo.

Apesar de algumas famílias terem descartado a hipótese do aborto, como no caso 1, observou-se que a prática ainda assim foi cogitada. Desta forma, mesmo que aborto não tenha acontecido, ele ecoa no imaginário da mulher que entrega o filho para a adoção, como algo que não se concretizou, mas que fez parte daquela história. Foi o que aconteceu também no caso 6, a mulher e a família cogitaram em um primeiro momento a ideia do aborto, o pai da criança propôs também a interrupção da gravidez como uma solução, já que ele se negava a assumir a criança. Segundo a mulher, ela chegou a ir em clínicas de aborto, mas se assustou ao questionar o médico sobre o que fariam com o feto, de acordo com ela, ele disse: “a gente põe em um saco de lixo e pronto” (G1/TV GLOBO, déc. 70).

A resposta do médico naquele momento, fez com que a história tomasse outro rumo. Ao escutar as batidas no coração da criança, ela decidiu manter a gravidez e

entregar a criança para quem pudesse cuidar e proteger. Emocionada, ela conta: “(...) na sala, naquela hora para mim parecia que eu estava no céu ouvindo batidas de coração e eu resolvi que essa criança tinha que nascer” (G1/TV GLOBO, déc. 70). O relato revela que a ideia do aborto estando presente pode também deixar sequelas para a mulher, até no sentimento futuro que ela vai ter em relação ao filho, pois chegou a pensar no aborto mesmo que se tenha descartado.

Houve também o caso em que o aborto não foi uma alternativa vista pela mulher, mas sim imposto pela família, como ocorreu no caso 8, onde o pai da mulher dizia que ela teria que abortar. Mesmo com a imposição, ela manteve a gravidez e entregou o filho. Existem situações como esta, em que o aborto não é descartado pela família, ele é indicado por ela, o que faz com que muitas mulheres associem a ideia do aborto a um sofrimento intenso, quando se pensa em um misto de sentimentos que ela experimenta quando tem que decidir o seu futuro e o da criança também.

Sufrimento este que está explícito no caso 4, onde a gravidez fruto de uma violência, ocasionou uma gestação onde a mulher não tem identificação nenhuma com aquela criança, como se fosse algo que a lembrava todo dia a violência que sofreu. Segundo ela: “A gravidez foi um terror, a gestação foi um terror, eu pensei em abortar, mas eu não tive coragem” (TJES, 2013). Ela conta que no quinto mês de gestação tentou se suicidar. É importante ressaltar aqui que de acordo com o Código Penal, torna-se legal o aborto em casos onde a mulher foi vítima de violência, em seu Art. 128, “Não se pune o aborto praticado por médico, no caso de gravidez resultante de estupro: se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal” (BRASIL, 1940).

Mesmo tendo o direito de abortar, ela não teve coragem de interromper a gravidez, mas tinha a certeza de que não queria aquela criança, o sentimento de violação dos seus direitos fez com que ela não criasse um vínculo com aquele bebê que ela estava gerando, porém, apesar de todo o seu sofrimento, ela preservou a vida da criança e a entregou para adoção.

Na questão que envolve o aborto, também existem valores que a própria mulher defende, na qual ela decide preservar a vida da criança, mesmo que seja uma gravidez indesejada e sem o apoio da família. Na análise existiram casos onde a mulher não cogitou o aborto, no que se refere a mulher do caso 10, onde uma amiga a orientou a abortar, mas segundo ela: “não tive força para fazer isso, nem hoje eu

teria” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta data). Ela manteve a gravidez em silêncio e também optou pela entrega.

5.3 A relação com o pai da criança

As relações de gênero construídas historicamente influenciaram de forma direta na distinção dos papéis que são atribuídos a homens e mulheres. Como visto anteriormente, a separação de tarefas determinou e impôs aos gêneros padrões baseados em normas que ao longo do tempo legitimaram a desigualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, a maternidade se naturalizou como um instinto feminino, o cuidar do seu filho acima de tudo e a felicidade em ser mãe.

Porém, muito se fala no amor materno, e pouco no amor paterno. Os papéis que foram atribuídos às mulheres e a maternidade de forma idealizada acabaram deslocando a figura do pai para um segundo plano, pois de acordo com o imaginário social, ser mulher é sinônimo de sensibilidade e cuidado para com os filhos e marido, enquanto o homem é sinônimo de autoridade e poder, não estando em nenhum momento relacionado a natureza do homem ser pai.

Para Costa (2002), a paternidade pode ser considerada uma atribuição da masculinidade, mas não da mesma forma que a maternidade é atribuída à feminilidade, já que esta aparece como um desejo natural e instintivo. Não há dúvidas de que o discurso do mito do amor materno, acaba deslocando a paternidade e conseqüentemente o amor paterno para uma escala secundária, que é pouco debatida considerando uma breve análise através de pesquisa feita em relação ao amor paterno, constatando que em sua maioria os estudos tratam sobre o amor materno, a maternidade e a maternagem. Em relação ao amor paterno, este também aparece como um mito, a diferença é que o abandono do pai não é visto com estranhamento pela sociedade.

Dessa maneira, o amor paterno também aparece como um mito porque não necessariamente todo o homem vai querer estar presente na criação do seu filho, indo ao encontro do discurso da sociedade sobre o mito do amor materno, onde os homens também deveriam amar os seus filhos, estar presente na criação deles, que de modo algum deveriam abandoná-los. Porém, tratar o amor paterno dessa maneira, é

também idealizá-lo, pois não é dessa forma que acontece. Na vida concreta, por vários motivos os homens cuidam dos seus filhos e tem amor por eles, mas também por vários outros motivos, existem aqueles que não criam seus filhos.

Assim, em relação ao mito do amor paterno, tanto quanto no mito do amor materno, não se pode idealizar que o homem vai estar presente na criação dos seus filhos, dedicando afetividade e cuidados para com a criança. Como no caso 6, onde a mãe relata: “ (...) ele também era muito jovem e decidiu não seguir este caminho (ser pai)” (G1/TV GLOBO, déc. 70). A decepção pelo namorado negar-se a reconhecer o filho, não deixou outra alternativa a não ser a entrega da criança. Foi o que aconteceu também com o caso 3: “(...)ele não quis saber quando eu disse que estava grávida, eu também não fui atrás dele, de nada” (G1/TV PARAÍBA, déc. 90). A indiferença e a falta de apoio foram igualmente relatadas no caso 1: “(...)sem o apoio do pai e não tenho condições de criar esse filho também” (G1/TV SERGIPE, 2016). Neste contexto, o abandono e a ausência dos companheiros durante a gestação foi determinante na decisão de entregar o filho para adoção, observando a situação de vulnerabilidade emocional e também financeira que as mulheres viveram em decorrência da falta de apoio do parceiro.

Observou-se através do estudo que o mito do amor paterno não tem tanta visibilidade na sociedade. As relações sociais não vão reivindicá-lo para pensar problemas relacionados a crianças e adolescentes. Neste sentido, as políticas sempre estão focadas nas mulheres, evidenciando a legitimação da relação mãe/filho como sendo o principal elo que liga as famílias, distanciando a figura do pai. É o mesmo que acontece na entrega de um filho para adoção, a sociedade não reclama a presença do pai da criança, será sempre lembrada a mãe que entregou o filho, é como que de certa forma o machismo e a desigualdade de gênero desresponsabilizasse o homem, sendo a mulher a única “culpada” pelo ato da entrega.

Todavia, nem todos os casos analisados trazem o retrato do abandono do pai. Existem casos, em que a relação é fruto de um relacionamento eventual, onde não há um vínculo com o pai e a mulher prefere manter a gravidez em sigilo, por medo do que possa acontecer ou o que a família vá pensar. Foi o que aconteceu no caso 5: “Eu fui para uma festa no interior e sai algumas vezes com um rapaz, usei apenas camisinha, devia ter tomado a pílula do dia seguinte, mas a gente não pensa nessas horas” (TJES, 2013). O pai da criança neste caso, não ficou sabendo da gravidez, por

medo de ter que interromper os estudos a mulher decidiu não revelar que estava grávida para ele, resolveu por conta própria que entregaria o filho para adoção.

A recusa a maternidade foi o que levou a mulher que trata o caso 10 a também esconder a gravidez. Ela conta como era a relação com o pai da criança:

“Namorava há um ano com um rapaz quando engravidei. A gente já tinha transado outras vezes, mas naquela noite nem pensei em prevenção. Foi uma relação de despedida porque ele estava saindo da cidade onde morávamos” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta data).

Apesar da distância, eles continuaram namorando, quando soube que estava esperando um filho, não contou para ele sobre a gravidez: “Falava sempre com ele pelo telefone, mas não tinha coragem de contar que estava grávida” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta data).

Observou-se também, que muitas reportagens não trazem questionamentos ou falam sobre o pai da criança, o que nos remete ao que foi mencionado anteriormente, de que apenas a mulher ganha visibilidade quando se trata da entrega de um filho, como se a responsabilidade pela criança fosse somente sua, comprovando como a desigualdade de gênero influencia na relação maternidade/paternidade, sempre colocando a mulher encarregada de tudo que se refere a vida e cuidado dos filhos.

Outro elemento importante que merece destaque é em relação a questão do aborto, porque não são poucos os homens que abandonam as mulheres trazendo como única alternativa o aborto, como no caso 6: “Então, esse meu ex-namorado deu a ideia de a gente procurar clínicas de aborto para interromper a gravidez” (G1/TV GLOBO, déc. 70). Trazer essa discussão é importante no que se relaciona a nomenclaturas usadas por determinados grupos para se referir ao abandono do pai como “aborto paterno”. Segundo Júnior (2016), este está ligado a afetividade que é recusada a criança por diversos fatores, entre eles o abandono afetivo, que pode estar relacionado tanto à mãe quanto à criança, durante a gravidez, até mesmo após o nascimento ou desenvolvimento da criança.

É muito comum ouvir pelas ruas e em rodas de debate que homens abortam todo dia no momento em que não reconhecem seus filhos e não participam da sua criação. Porém, aceitar e legitimar esse discurso de certa forma reduz a importância da decisão da mulher, em que apesar de existir a hipótese do aborto, mesmo este sendo ilegal no país, ela decide continuar a gravidez e entregar a criança para adoção,

onde alguém irá dispor dos cuidados que ela não pode dar, seja por falta de condições ou o fato de não querer exercer a maternagem.

Deste modo, atestar que o abandono paterno, como visto em vários casos aqui analisados, se configura como um aborto paterno é minimizar o real significado do abandono e a própria postura do pai que abandonou a mulher grávida. O aborto remete a interromper uma gravidez, quando no que se refere ao abandono, o pai acaba ignorando a existência daquela mãe que necessita do seu apoio e da criança que nasceu e precisa de ajuda. O abandono pode colocar tanto a mulher, como a criança em situações de risco, quando se trata da vulnerabilidade emocional da mãe, não podendo assim compará-lo a um aborto, já que este não se trata de um ato irresponsável.

5.4 Os motivos da entrega do filho para adoção

À medida que avança o estudo sobre as mulheres que entregaram os filhos para adoção, os motivos da entrega mostraram-se como a peça chave na compreensão das razões que levaram à decisão de entregar os seus filhos. Nos casos analisados, a partir dos relatos das mulheres, várias situações foram apresentadas como determinantes para entrega. A análise do processo que envolve as razões da mulher diante de sua decisão, permite desmistificar a ideia do abandono presente na sociedade.

Através do estudo sobre o perfil das mulheres que entregaram o filho para adoção, juntamente com suas vivências, o modo e condições de vida, a relação com a família e também o vínculo com o pai da criança, percebe-se que ambos os elementos estão relacionados entre si e apresentam-se como decisivos na escolha pela entrega da criança. No caso 1, por já ser mãe de uma menina de 4 anos, sem o apoio do pai, ela relata que encontraria dificuldades em criar o filho devido a situação econômica. A mãe dela, avó da criança, admitiu que se tivesse condições financeiras cuidaria do bebê. Diante das dificuldades, ela decidiu entregar a criança para adoção.

Ao longo da análise dos casos, a falta de apoio e também a vulnerabilidade social se apresentaram como motivos que acabaram determinando a entrega em alguns casos. Foi o que ocorreu com o caso 3, onde ela entregou os dois primeiros

filhos para a adoção. Não possuía nenhum vínculo com os pais das crianças. Eles não assumiram a responsabilidade em relação a paternidade dos filhos e a abandonaram grávida. Após, decidiu voltar para sua cidade, já que as condições de vida não estavam favoráveis para que ela permanecesse na Capital. Foi então, em busca do apoio da família, mas não encontrou, relatou ela, quando lembra da entrega do segundo filho. Assim, ela assumiu que não tinha condições de criar os filhos sem apoio, ainda mais na situação de pobreza na qual ela se encontrava.

Em outros casos, a vulnerabilidade social também se manifestou como principal motivo apresentado pelas mulheres para a entrega dos filhos. Em ambos os casos, elas já eram mães. No caso 8 ela relata que já tinha um filho, e quando a família soube que ela estava grávida pela segunda vez, não aceitou mais uma “boca para comer”, também havia o fato de seu pai ser muito violento. Semelhante aos casos já retratados, o caso 9 também tem a realidade confundida com os demais casos analisados. A mulher, que já era mãe de duas filhas, conta que morava com a irmã: “A gente era muito pobre, morava em casa de chão de terra. Não tinha gás. Passávamos muita necessidade” (CORREIO BRAZILIENSE, não consta data).

Com base na discussão sobre a análise feita no primeiro item do estudo, sobre a questão do trabalho, nos casos analisados que tratam sobre a questão da vulnerabilidade social, as mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas domésticas, o que segundo o autor Jessé Souza (2009), em seu livro “A Ralé Brasileira”, é uma profissão na qual sob condições sociais precárias as mulheres podem dispor de renda. Neste caso é importante destacar a questão que o autor traz, quando entrevistando uma empregada doméstica, ele evidencia as contradições que existem quando ela trata o seu trabalho como “a realização de um sonho”.

Como visto no primeiro item, o processo de migração das mulheres as quais se referem o estudo, em sua maioria ocorreram pela procura de melhores oportunidades e inserção no mercado de trabalho, o que também pode ser considerado como a busca pela de realização de um sonho, melhorar sua condição de vida. Porém, de acordo com Souza (2009), ao mesmo tempo elas vivem um processo contraditório, onde se apresenta um quadro crescente de dor, frustração e insatisfação de suas demandas afetivas. Quando trata sobre isso, o autor se refere a sua entrevistada, todavia se pararmos para refletir, a mesma questão ocorre com as mulheres objetos deste estudo, que se encontram carentes de afeto e de apoio.

Assim, com base na reflexão do texto e através dos elementos trazidos pelas mulheres nos casos analisados, é possível compreender que quando elas entregam os filhos para adoção, evitando uma série de sofrimentos para a criança, onde a mulher sabe que as condições que a criança vai viver são condições de risco, entre elas a vulnerabilidade, negligência, maus tratos, ela de certa forma busca evitar isso. Porém, mesmo quando o intuito da mulher é proteger o filho, ainda assim a ela é recriminada. Os casos analisados anteriormente, mostram que a entrega foi vista como uma saída para, de certa forma, impedir que as crianças passassem pelas mesmas dificuldades na qual suas genitoras se encontravam.

Weber (1998 apud Menezes, 2007) também levanta a hipótese de que essas mulheres pensam estar fazendo o melhor para seus filhos ao doarem. Elas recebem claras mensagens sociais de que não tem o que oferecer aos filhos, suas necessidades básicas e direitos enquanto cidadã estão fora do seu alcance. É como se elas estivessem dizendo que o dever para com as crianças não é só delas, este dever também é da família, da sociedade, do Estado, não só da mãe. Segundo o ECA,

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

De acordo com o estudo dos casos, o que há é a condição de exclusão social, onde as mulheres se encontram em situações de vulnerabilidade social em decorrência da carência de recursos materiais e econômicos. Na qual elas encontravam dificuldade em prover as suas próprias necessidades básicas e a dos filhos, quanto mais garantir mais as necessidades de uma criança recém-nascida que necessitaria de cuidados que elas não poderiam dar, visto que dependiam do trabalho para sobreviver. Quando a mulher decide pela entrega do filho para adoção, está cumprindo seu dever enquanto cidadã, na qual assumiu para si mesma, que não teve condições de assumir a responsabilidade com a criança.

Em outros casos a entrega da criança teve como motivos outros fatores que levaram a decisão, como os valores engendrados na sociedade e principalmente nas famílias das mulheres, que foram influenciadas a entregar o filho para adoção com

base em valores morais da época. Em ambos os casos as famílias não aceitavam ter em seu núcleo familiar uma mulher que fosse “mãe solteira”. O primeiro caso se refere ao 2, onde ela relata que o pai não aceitava que sua filha fosse mãe não tendo um casamento. No caso número 7, ela foi expulsa de casa, porque os pais tinham medo o que os outros poderiam pensar.

Nestes casos, a principal motivação para a entrega foi devido a pressão familiar, a falta de apoio que a mulher não teve no momento em que ela mais precisou. A análise do caso 7 nos permite ainda perceber compreender como as relações sociais interferem na decisão. Segundo ela, seus pais já faleceram, mas acredita que eles sabiam o quanto ela sofreu por ter que entregar o seu filho. Logo após, ela descobriu que a sua história era apenas mais um capítulo dentro da sua família:

“Mais tarde, fiquei sabendo que minha mãe deu um irmão, que não era filho do meu pai, e uma tia entregou um filho dela para adoção. A história se repetiu comigo. Culpei muito os dois, mas hoje perdoei” (CORREIO BRAZILIENSE, déc. 80).

Não só a vulnerabilidade social esteve presente na análise dos relatos de mulheres que entregaram os filhos para a adoção como sendo um fator determinante para a decisão, a vulnerabilidade emocional em que muitas se encontravam também aparece nas falas como sendo o principal motivo para a entrega. No caso 6, ela relata que engravidou do namorado. Em um primeiro momento, conta que ficou muito feliz por achar que iria constituir uma família com ele. Porém, o parceiro não assumiu sua responsabilidade como pai, sugerindo até que ela abortasse. Diante da frustração por acreditar que poderia construir um lar junto com o namorado e o filho, ela se viu diante de uma situação na qual sua família não tinha condições de assumir os cuidados com uma criança naquele momento.

Diante das circunstâncias, na qual não teria condições de permanecer com a criança, seguido pela decepção com o namorado, ela se viu responsável por uma vida, na qual ela não teria condições emocionais de cria-la sozinha, decidiu então entregar o filho para a adoção. Segundo ela,

“Muitas mães deram à luz e ficaram com o seu filho naquela época, mas para mim, eu achava que meu filho precisava de um lar e na minha cabeça uma criança precisava de mãe, de pai, de um lar constituído que eu não poderia dar” (G1/TV GLOBO, déc. 70).

Em alguns casos, segundo Motta (2008) a mulher está vivendo uma situação limite onde a existência da criança representa uma ameaça à sua própria sobrevivência física ou também psíquica. Foi o que se percebeu durante a análise do caso 4, onde a gravidez era fruto de um estupro. Segundo ela: “Eu não aguento ter essa criança, é muito sofrimento, ela me lembra sempre o que aconteceu, e eu não consigo esquecer” (TJES, 2013). A violência sexual que ela sofreu gerou um trauma que se intensificou no momento em que ela descobriu a gravidez.

O ato da violência, a maneira como essa criança foi gerada, através da violação dos seus direitos explica os motivos da entrega, na qual a maternidade como sendo fruto de um estupro não permitiu que essa mulher criasse um vínculo com o filho. Assim, ao preservar a vida do bebê, mesmo o aborto sendo legal diante da situação, entregando-o para adoção, ela admitiu suas limitações. Não seria bom para ela e nem para a criança. Em casos como este, de acordo com Menezes (2007), a pressão que a mulher sofre para permanecer com o filho que rejeita pode resultar em um sentimento de apego e rejeição que será prejudicial a criança, pois ao oscilar entre os dois extremos, a criança pode ser exposta a maus tratos ocasionados por impulsos de violência.

Em outro caso analisado, o medo e a incerteza do seu futuro, diante de uma gravidez fruto de um relacionamento eventual, fez com que a mulher escondesse a gravidez da família. Ela não queria trancar a faculdade por causa do bebê, estava no último, não sabia ao certo o que queria fazer, só tinha a certeza de que não podia largar os estudos. Assustada com tudo que estava acontecendo em sua vida, ela negou por 9 meses a gestação. Segundo ela,

“Não contei para ninguém, nem para as minhas amigas, se alguém souber eles vão dizer que é para voltar para casa e vou abandonar os estudos, o que vai ser de mim? E o meu futuro? Eu não posso pensar nisso, mas não quero deixar ele na rua, deixar por aí, queria fazer o melhor para ele. Mas eu não posso ficar com ele, o que eu vou fazer?” (TJE.S, 2013)

História parecida com o caso 10, onde também decidiu esconder a gravidez, fruto de um relacionamento com o namorado. Ela engravidou na época em que o parceiro estava de mudança para outra cidade, só descobriu que estava esperando

um filho cerca de três semanas após a partida dele e não quis aceitar o fato que seria mãe. Resolveu então, não revelar a ninguém que estava grávida, nem mesmo ao namorado. Segundo ela, “Fui tomada por um sentimento esquisito, de repulsa e negação da maternidade. Só sentia medo, vergonha, raiva” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta nada). Ainda de acordo com o seu relato, ela diz não ter sentido nada de bom durante a gravidez: “Sentia tudo, menos alegria”.

Assim, segundo Motta (2008), a decisão de entregar o filho para adoção pode ter vários significados, desde aceitar a impossibilidade de criá-lo, sua rejeição à criança ou também aceitar a frustração do amor e do desejo de maternar. Desta forma, a condição de pobreza das mulheres, a violência a qual elas foram submetidas, o seu estado emocional e psicológico, afetaram diretamente sua intenção de querer entregar o filho para adoção. Nestes casos, apreender a decisão da mulher como sendo algo com base no mito do amor materno, que ela por ser mãe não deveria entregar o seu filho, é não considerar aspectos e situações que estão relacionados com a condição e modo de vida dos sujeitos que estão sendo analisados.

5.5 A entrega do filho para adoção

Após destacar o perfil das mulheres, a sua relação com a família e com o pai da criança, além dos motivos que levaram a entrega da criança, chega-se na questão que envolve o momento de entrega da criança, quando é rompido o vínculo entre a mulher e o filho. A análise dos casos, cada um com suas particularidades, mostra que a entrega e o modo como ela foi feita tem muito a ver com o sentimento que a mulher vivenciava naquele momento, trazendo elementos que permite verificar como foi para a mulher a entrega em cada caso.

Em um primeiro momento é importante destacar que nem todos os casos analisados seguiram os trâmites legais da adoção. Em apenas três casos, as mulheres foram até a Justiça para entregar a criança de acordo com a Lei. No que se refere aos outros sete casos que foram analisados, as crianças foram entregues a

famílias que adotaram na chamada “Adoção à brasileira”¹⁸. Estes casos são previstos como crime de acordo com o Código Penal. Segundo a AMB (2007), a adoção feita de acordo com a lei, é irrevogável, onde a família biológica perde o poder familiar sobre a criança, já na “adoção à brasileira” não há a perda do poder familiar, já que não foi um procedimento legal. Assim, muitas famílias desconhecem que a mãe biológica tem o direito de reaver a criança se não tiver consentido legalmente com a adoção ou se não tiver sido destituída do poder familiar.

As mulheres dos casos analisados, que entregaram os filhos de acordo com a chamada “adoção à brasileira” pretendiam de uma forma mais rápida encontrar um lar para as crianças. Os casos em que a entrega foi ilegal ocorreram em décadas anteriores, atitude que pode ser explicada pela falta de informações sobre como proceder, onde ainda não havia uma legislação específica sobre adoção ou algum programa de acompanhamento para as mulheres que manifestavam a intenção pela entrega. Muitas vezes o desespero em proteger a criança, a falta de condições econômicas, emocionais, psicológicas, aliadas a falta de informações, levam as mulheres a adoção de forma ilegal, sem ter conhecimento sobre seus direitos.

Foi o que aconteceu com a mulher a que se refere o caso 3, ela conta que quando estava no hospital, em sua primeira gravidez, alguém estava fazendo doação de enxoval, ao contar que “daria” o seu filho, ela se encarregou de pegar o nome da mãe. Logo após, segundo o relato da mulher: “quando sai do hospital, ela pegou a criança, aí depois desse dia eu nunca mais vi” (G1/TV PARAÍBA, déc. 90). Três anos depois, a mesma história se repetiu. Ao engravidar pela segunda vez, sem condições de assumir a responsabilidade de criar o filho, ela entregou pela segunda para adoção.

A “adoção à brasileira” também foi o modo que a mulher do caso 6 encontrou para dar um lar ao filho. A criança foi entregue a um casal de amigos do médico que acompanhou a sua gravidez. Emocionada, ela relembra o dia em que o filho nasceu: “Eu estava bem anestesiada e, no meio do parto, acordei com o choro da criança, que me acompanhou por toda a minha vida” (G1/TV GLOBO, déc. 70). No que se refere ao caso 8, a criança também foi entregue de forma ilegal. Segundo a mulher, ela atribui a entrega do filho a sua falta de responsabilidade.

¹⁸ “Nomenclatura adotada para o ato de registrar filho alheio em nome próprio, ou seja, o registro da criança é feito em nome de pessoas que não são seus pais biológicos e que não atenderam ao procedimento estabelecido em lei” (ROCHA, 2010).

Outro caso analisado que também trata sobre a questão da chamada adoção à brasileira” diz respeito ao caso 10. Ela conta que no trabalho fez amizade com uma senhora que sugeriu que ela doasse o bebê e que conhecia uma família que queria adotar uma criança. Segundo a mulher: “Fiquei com isso na cabeça. Entregar a criança seria a saída para o meu problema. Cheguei até a pensar que voltaria para a minha cidade como se nada tivesse acontecido” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta data). Três dias após o parto, ela acertou os detalhes com a família que queria adotar o bebê. Tomou esta decisão, após o nascimento do filho, na qual ela relata que não conseguia olhar nos olhos dele, mal conseguia pegá-lo no colo.

A mulher ainda conta que a senhora foi buscá-la na maternidade e a levou até sua casa: “Foi lá que assinei um papel em que abro mão da criança e onde a entreguei. Ele tinha acabado de mamar e estava acordado” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta data). Após a entrega ela permaneceu alguns dias na casa dela. Segundo a mulher, ela chorava muito preocupada com o destino da criança, a senhora dona da casa, a consolava dizendo que a criança ficaria bem. O sentimento que ela sentiu após a entrega, demonstra a sua preocupação com o filho, mesmo que não existisse o desejo de maternar, existia o afeto pela criança, em querer que ele fosse bem cuidado.

Nos outros casos que foram analisados, a adoção foi feita de forma legal. As histórias analisadas nestes casos foram mais recentes, feitas após a promulgação da Lei da Adoção em 2009. Assim, estas mulheres receberam assistência e foram acolhidas em sua decisão, de acordo com a Lei 12.010/09. No caso 1, ela ainda estava grávida quando manifestou diante do Juíz a intenção de entregar o filho para adoção, ela estava no sexto mês de gestação. Chorou ao saber que o processo de adoção é irreversível, depois de entregar a guarda para uma nova família ela perde os direitos de mãe, mesmo assim estava consciente de que estava fazendo o melhor para a criança.

No caso 4, seu sofrimento era tão intenso em relação a maternidade que ela dizia: “Na minha cabeça já estava decidido, ia dar para qualquer pessoa na rua ou ia jogar em qualquer lugar, em uma lata de lixo” (TJES, 2013). A gravidez fruto de uma violência gerou uma aflição, na qual ela se encontrava sozinha, desesperada, por ter que decidir sobre o destino de uma criança. Ela relembra como foi o dia do nascimento do bebê:

“Quando ele nasceu, eu ia pedir para a médica tirar aquele menino de perto de mim, na mesma hora veio toda a cena do estupro na minha cabeça. Sei

que ele é um inocente, não tem culpa de nada, mas eu não vou nunca conseguir amar esse menino, sempre vou lembrar da cena. Sei que essa marca eu não vou esquecer nunca, mas tenho que continuar, esse menino é fruto de uma violência” (TJES, 2013).

A entrega para ela não foi uma decisão fácil, a pressão dos filhos e da comunidade, seus vizinhos e também sua patroa, era muito grande para que permanecesse com o filho. Porém, diante do contexto que envolvia a criança, ela admitia que não conseguiria amar o filho, sendo ele, fruto de uma violência que ela nunca conseguiria esquecer. A psicóloga relata que seguidamente ela ia até a maternidade ver o bebê, e chegou a desistir da entrega. Porém, o que existia ali, era a pressão que ela estava vivendo, na qual todos diziam para ela esquecer a violência que sofreu, para ficar com a criança. Ao chegar ao Juizado para assinar o termo de desistência da entrega, ela reconheceu que não poderia assinar aquilo, que seu desejo não era ficar com a criança, que a sociedade teria que entender que aquilo não seria bom para ela e para o filho. Segundo a psicóloga, após dizer isso, ela levantou e foi embora.

O último caso analisado, o caso 5, teve um desfecho diferente de todos os outros casos já analisados. Com medo de ter que largar a faculdade, a mulher escondeu a gravidez por medo de rejeição da família. Ela conta que o irmão tinha ido viajar e ela estava sozinha em casa quando começou a sentir as dores do parto, viu na internet como deveria proceder e ela mesmo fez o parto, ficou dois dias com filho, mas seu irmão estava voltando e ela tinha que entregar a criança. Então foi até o Juizado:

“Cheguei com o bebê, envolto em uma camiseta, e disse que vim entregar minha criança. Eu chorava e segurava, ele estava quietinho, parecia um anjinho e eu disse para a equipe, que quero entregar, eu preciso estudar, o que vai ser da minha vida se eu não estudar? Minha família não vai entender, não vai me apoiar, vai me criticar” (TJES, 2013).

Logo que chegou na Vara da Infância e da Juventude, foi atendida pela assistente social e psicóloga, que a encaminharam para o médico para ver o seu estado de saúde e da criança, já que o parto foi feito em casa. A criança ficou internada no hospital por um tempo. Porém, ela via a entrega como a única possibilidade para

poder terminar os estudos, no entanto, não era o que queria. Decidiu assim contar para a família sobre a criança, como uma última alternativa. E para a sua surpresa, a família lhe deu todo o apoio necessário para que ela pudesse ficar com o filho e continuar os estudos.

As histórias aqui analisadas, como visto, possuem vários aspectos em comum entre si. Contudo, cada uma tem as suas particularidades. Os sentimentos presentes na entrega apresentaram-se de modo diferente em cada situação. Porém, há um elo de conexão entre as situações, principalmente no que se refere aos motivos da entrega, os valores e também comportamentos presentes, onde cada caso demonstrou que o ato da entrega teve significados diferentes para as mulheres, o que influenciou diretamente a percepção que a própria mulher tinha sobre a sua decisão, que acabou influenciando diretamente na sua vida, após a entrega, como será visto no próximo item.

5.5.1 Percepção das mulheres acerca do seu ato

Com base na análise dos relatos das mulheres que entregaram seus filhos para adoção, o que se percebeu é que algumas acabaram por julgar a sua decisão, ou até mesmo a ausência do amor materno, como sendo algo ruim. A crença no mito do amor materno faz com que a sociedade veja essas mulheres como sendo pessoas más, por não criarem os seus filhos, o que de certa forma, influencia diretamente na forma como as próprias mulheres veem o seu ato.

Elas têm a percepção de que estavam tentando proteger o filho de situações que elas estavam vivendo, mas ao mesmo tempo sentem o julgamento da sociedade e se culpam. Como ela relata no caso 10: “Neguei tanto essa criança que nem barriga eu tinha. E me cobrava por isso. Como não podia aceitar o bebê? Que espécie de mulher sou eu?” (REVISTA MARIE CLAIRE, não consta data). A crença no mito do amor materno como sendo algo natural e instintivo acabou fazendo com que ela se sentisse inferiorizada, por não se sentir bem com a maternidade, por não desejar ser mãe.

Em outros casos, as mulheres não relatam exatamente a sua percepção sobre a entrega¹⁹, mas de acordo com a fala é possível perceber que justificam seu ato, remetendo segundo elas, a falta de responsabilidade que tinham quando entregaram seus filhos. Outro aspecto importante para se destacar é que, nos casos em que a adoção foi feita de acordo com a chamada “adoção à brasileira”, as mulheres também não tinham conhecimento acerca dos seus direitos, o que acabou prejudicando que a própria mulher compreendesse o seu ato como sendo algo responsável, que não deixou de ser um ato de amor e afeto.

No caso 6, ela diz que a entrega foi a melhor opção somente para ela, revelando que: “(...) foi muito doido e eu acho que eu paguei um preço alto por isso e ainda pago, mas era a única viável naquele momento, não existia outra” (G1/TV GLOBO, déc. 70). Em sua concepção, a entrega não foi a melhor opção, porém admite que naquele momento de sua vida, não havia outra alternativa senão a entrega do filho, reconhecendo suas limitações diante da situação, vendo sua decisão como um ato de proteção. O mesmo sentimento teve a mulher a que se refere o caso 3, onde ela diz: “Eu acho que é melhor dar do que jogar “nas portas”, no lixo como muita mãe faz. Então eu queria o melhor para eles, que eu não tinha para dar” (G1/ TV PARAÍBA, déc. 90). Ela tinha consciência de que o ato não configurou como abandono, onde este traria riscos para a criança e que mesmo não tendo condições de criar os seus dois filhos, ela queria que eles fossem bem cuidados.

Um aspecto importante para ser citado aqui, é o avanço das legislações, que diz respeito à Lei da Adoção, que interferiu diretamente na percepção das mulheres acerca do seu ato nos dois casos últimos casos que foram analisados. O acompanhamento a gestante que manifestou a intenção da entrega e a mulher que entregou o filho, foi de suma importância para que decisão fosse tomada da melhor forma possível. O acolhimento e a escuta, permitiram a essas mulheres um distanciamento do senso comum dentro do Juizado, onde elas foram ouvidas sem julgamentos com base no mito do amor materno, o que permitiu que elas tomassem a decisão com base no que era seu desejo e seu direito.

A mulher a que se refere o caso 1, ao sair da audiência onde assinou o termo de entrega para adoção, revela: “Estou consciente e me sinto segura porque agora eu fui bem recebida, e estou acolhida” (G1/TV SERGIPE, 2016). O acompanhamento das

¹⁹ Não foi possível obter maiores informações sobre os casos devido ao fato de as reportagens serem pontuais.

mulheres, bem como a escuta sensível sobre o que ela tem a dizer, é extremamente valoroso, em um momento que o que essas mulheres mais precisam é de um acolhimento que esteja distanciado do julgamento que ela sofre ou irá sofrer lá fora. O mesmo aconteceu com o caso 4, após o acompanhamento e o acolhimento, mesmo com a pressão que ela viveu, ela decidiu que o melhor a fazer era entregar a criança a uma família que daria o amor que ela precisava. Sobre ficar com a criança, a mulher afirmou: “Não vai ser bom nem para mim e nem para ele” (TJES, 2013).

A partir da análise dos casos a respeito da percepção das mulheres sobre a decisão de entrega dos filhos para adoção, percebe-se que ela varia de acordo com o momento vivido pelas mulheres, seja pela época que ocorreu a entrega, pelo sentimento que esteve presente diante da sua decisão e também influenciada pelos valores que a sociedade impôs ao longo dos anos, onde a maternidade e a maternagem estariam ligadas a natureza da mulher, que faz com que muitas mulheres sejam julgadas por não conseguirem ou até mesmo não desejarem exercer o papel de mãe.

5.5.2 O luto após a entrega

A partir da análise sobre o processo que envolve a entrega de um filho para adoção, percebeu-se que em alguns casos esta separação veio acompanhada de um sofrimento profundo, que marcou o rompimento do vínculo entre mãe e filho, que pode ser caracterizado como um processo de luto. Porém, Motta (2008) afirma que o luto de uma mulher que entrega um filho para adoção não é autorizado socialmente, elas sentem que não podem e não devem falar dos filhos que entregaram, uma vez que a sociedade acredita que dar à luz a um filho e não cuidar dele, são motivos para que socialmente essas mulheres sejam criticadas e odiadas.

Segundo Roles (1989 apud Motta 2008), as mulheres que entregam os filhos para adoção reavaliam seus sentimentos continuamente, onde muitas sentem-se envergonhadas e culpadas diante de outras pessoas, o que as leva a se desvalorizarem como indivíduos. Sentem-se culpadas por frequentemente serem acusadas de egoístas. Como no que caso 2, onde diante da oportunidade de rever a

filha, ela diz querer apenas pedir perdão, no qual ela se culpa por entregado a filha para adoção.

Muitas mulheres que entregam seus filhos para adoção acabam de certa forma vivendo com a incerteza, criando seus filhos em sua mente, imaginando como foram os seus passos, conforme o caso 6, onde ela lamenta não ter a chance de ter participado da vida do filho: “Qual foi sua primeira palavra? Como era o som da sua voz? Esse sim eu nunca, nem em sonho, ouvirei. Acabou. O tempo passou e não admite volta” (G1/TV GLOBO, déc. 70). Ela revela ainda, que o amor que ela sente pelo filho é infinito.

O sofrimento em relação ao rompimento do vínculo com o filho acompanhou muitas das mulheres dos casos que aqui estão sendo analisados desde a entrega da criança. Segundo relato da mulher a que se refere o caso 8: “Parece que estou presa dentro de mim. É um sofrimento muito profundo, falta alguma coisa na minha vida” (CORREIO BRAZILIENSE, não consta data). Assim como a angústia de não ter notícias dos filhos, muitas sonham com o dia em que poderão reencontrá-los. É o que relata a mulher que diz respeito ao caso 3:

“Eu queria notícia deles, explicar o por que não criei eles. Quero que eles me entendam. Não quero ficar porque se fosse para criar eles eu tinha criado desde o início, mas como que eu vou querer eles? Até porque eles devem ter uma vida boa hoje. Aí eu vou tirar eles de uma vida que eles têm, para essa situação? Não tem condições” (G1/TV PARAÍBA, déc. 90).

Cabe ressaltar que o preconceito que existe em relação a mulher que entrega o filho para adoção e por consequência o silêncio a qual elas são impostas, pelo fato da sociedade não querer escutar e de certa forma não buscar entender o que levou a essa decisão sem que haja um julgamento moral, faz com o que o sofrimento destas mulheres se torne ainda maior. Segundo Motta (2008), a resposta social é de rejeição, afastamento, e uma atitude que revela que o pensamento diante do sofrimento da mulher que entrega é: “Ela está tendo o que merece”.

No entanto, aceitar que a decisão de entregar o filho para uma família na qual ela foi desejada, significou o primeiro passo para que essas mulheres reconhecessem que a sua atitude foi o melhor para a criança, o que de certa maneira ajudou a elaborar de uma forma diferente o processo de luto, mesmo que o sofrimento estivesse presente. Segundo Motta (2008) readquirir a autoconfiança é fundamental para que

elas reconheçam a sua própria força, capacitando a elaborar a difícil situação de separação do filho, que foi de certa forma responsável pela continuidade de sua vida.

5.6 A importância do acompanhamento à mulher que manifesta a intenção de entregar o filho para adoção

Como visto durante a análise dos casos que envolvem a entrega do filho para adoção, percebeu-se que alguns casos não receberam a atenção do Estado, onde a adoção foi feita de modo ilegal, conhecida como “adoção à brasileira”. Porém, como já visto em capítulos anteriores, no ano de 2009, com a promulgação da Lei 12.010, a chamada Lei da Adoção, a mulher tem seu direito de entregar o filho para adoção reconhecido. De acordo com a Lei,

Art. 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. Art. 5º A assistência referida no Art. 4º deste artigo deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.” Parágrafo único. As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude”. (BRASIL, 2009).

No decorrer da análise, três casos apontaram a intervenção do Estado no processo de adoção, onde as mulheres foram acompanhadas por programas elaborados pela Vara da Infância e da Juventude do seu município, seguindo o propósito da Lei 12.010. Onde existia a articulação com os serviços de saúde e assistência social, como também a escuta e o acolhimento a mulher. A presença desses serviços demonstrou ser fundamental no sentido que mulher teve uma atenção por parte do Estado, para poder enfrentar este tipo de situação, tendo um acompanhamento de serviços públicos.

As mudanças na Lei e a inclusão do desenvolvimento de serviços de acompanhamento a mulher se mostraram grande avanço no sentido de organizar políticas públicas não só de atenção à saúde da mulher, mas também de ir além do

que está aparente quando a mulher manifesta a intenção de entregar o filho para adoção. Buscando conhecer o contexto social no qual ela está inserida, compreendendo sua decisão e traçando estratégias quando se identifica que a entrega não é o seu real desejo e que a rede de proteção pode auxiliá-la.

O fato da Justiça ter o conhecimento e também acompanhamento das famílias é indispensável para o bem-estar da criança e também para a mulher que entrega o filho para adoção. A entrega de um filho como visto não pressupõe que a mulher não tenha amor ou afeto pelo bebê, mas sim que ela quer um futuro digno para a criança. Assim ela deseja que esta seja entregue para alguém que vá acolher e cuidar da melhor forma possível o bebê. Através da análise dos casos onde entrega ocorreu de forma ilegal, identifica-se que um acompanhamento poderia ter alterado o rumo da sua história, já que em muitos casos, a entrega aconteceu porque a mulher não tinha nenhum apoio por parte da família, do pai da criança e também do Estado.

Nos casos em que as mulheres entregaram seus filhos para adoção sem passar pelos trâmites legais, o que se percebe é que nesse momento não havia a presença do Estado, as famílias não tiveram um contato com um serviço que pudesse auxiliá-las nesse processo, que desse algum tipo de suporte ao núcleo familiar, desde aquela família que expulsou a filha de casa até aquela em que as condições materiais não eram favoráveis para criar a criança, faltou a intervenção de uma rede de proteção que pudesse auxiliar tanto a mulher quanto a família em suas dificuldades.

Nos casos analisados, o caso 1, caso 4 e também o caso 5, onde a entrega do filho para adoção é mais recente, foram atendidos por um programa desenvolvido pela Vara da Infância e da Juventude para auxiliá-las em suas dificuldades e promover a escuta sobre o que as mulheres tinham para dizer. No caso 1 ela estava grávida de 6 meses quando resolver assinar o termo na qual abria mão da guarda da criança, após ela ser ouvida pelo Juíz, ela tomou a sua decisão, segundo a mesma: “Estou consciente e me sinto segura porque agora eu fui bem recebida, e estou acolhida” (G1/ TV SERGIPE, 2016).

No caso 4, o programa também buscou orientar e acolher a mulher em sua decisão, na qual se percebia que ela estava sofrendo muito com a situação, devido ao fato do filho ser fruto de um estupro, onde apesar da pressão da sociedade para que desistisse da entrega para adoção, o acolhimento foi importante para escutar e entender as particularidades da história. É importante destacar também que o acompanhamento deve estar afastado de qualquer tipo de preconceito gerado através

da opinião pessoal do profissional que está envolvido no caso, onde deve buscar se afastar de posturas conversadoras baseados em valores morais, que julgam a mulher que entrega o filho, em qualquer das circunstâncias que a entrega esteja inserida.

No que se refere o caso 5, analisa-se que o programa desenvolvido foi determinante para o desenrolar da história. Ao chegar na Vara da Infância e da Juventude com o seu bebê nos braços, ela foi atendida pela equipe composta pela assistente social e psicóloga, que em um primeiro momento promoveu a escuta da mulher e logo após encaminharam ela e a criança para uma unidade de saúde, já que o parto foi feito em casa e ambos precisavam de atendimento médico. A partir daí a escuta revelou que a entrega não era a sua vontade, mas sim a única alternativa que ela via naquele momento. Com isso, através do diálogo, foi possível refletir sobre o momento difícil que ela estava passando e também fazer com que, através do acolhimento, a mulher pudesse pensar outras alternativas que poderiam estar ao seu alcance.

Desta forma, a mulher decidiu contar sobre o filho para a família que até então não sabia da criança, já que ela escondeu a gravidez, o que alterou definitivamente o curso da história. A família deu todo o apoio para que ela continuasse com seu filho, se comprometendo a dar todo o suporte necessário para que além de cuidar da criança ela não precisasse parar com seus estudos, o que era sua maior preocupação. Este caso em si, revela a importância de desenvolver um programa que ampare as mulheres que tem como decisão a entrega de um filho para adoção, no sentido de compreender os reais motivos que estão levando a decisão.

Assim, os serviços desenvolvidos para dar atenção a mulher buscaram trabalhar além da entrega, mas também uma prevenção. Algumas das mulheres dos casos aqui analisados não tiveram o acompanhamento do Estado, para ter um suporte onde esse processo poderia ser menos doloroso. Como já visto, em alguns casos no momento em que ela mais precisou da família, ficar próxima de relações afetivas, foi o momento em que elas tiveram que sair da realidade em que viviam, tendo que morar de favor na casa de pessoas, onde um programa seria extremamente necessário para oferecer um serviço que oferecesse assistência para elas enfrentarem o momento delicado que estavam vivendo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto até este momento no Trabalho de Conclusão de Curso e através da análise dos casos que envolvem mulheres que entregam os filhos para a adoção é possível afirmar que esta temática ainda é pouco explorada. Buscou-se por meio desta pesquisa desvendar as situações que envolvem o processo de entrega de um filho, como uma forma de dar visibilidade a essas mulheres e aos seus sentimentos. Ao longo do estudo percebeu-se o quanto este tema gera polêmica e está envolto por valores que a sociedade impõe e que acabam afetando diretamente a vida da mulher que entrega a criança.

Com base nos objetivos que foram propostos no estudo, o primeiro deles buscou analisar como as expressões da questão social afetam o modo de vida das mulheres que entregam os filhos para adoção. Sendo assim, através da análise, a vulnerabilidade social a qual algumas mulheres estavam expostas e a busca por novas oportunidades, seja de estudo ou de emprego, fez com que a maioria enfrentasse um processo de migração. Neste processo, a precária inserção no mercado de trabalho, aliado a questões que envolvem a violência, também o abandono por parte pai da criança, levou muitas dessas mulheres a assumirem a responsabilidade como chefes de família. Deste modo, destaca-se que as expressões da questão social que se manifestam na vida das mulheres influenciaram de forma direta no seu modo de vida e conseqüentemente na decisão da entrega.

No que diz respeito ao segundo objetivo que foi proposto, identificou-se que o modo como as relações familiares incorporam a manifestação das expressões da questão social, sobre a questão do conservadorismo, quando a mulher é expulsa de casa, mostrando como a família está reagindo a situação no âmbito da aparência, baseada nos valores morais. A dificuldade que a mulher encontra em ter um apoio da família, seja pelos valores impostos ou mesmo pela situação de pobreza ao qual o núcleo familiar está inserido, o vínculo com o pai da criança, foram elementos que implicaram na decisão da entrega do filho para adoção.

Em relação ao terceiro objetivo, que trata sobre a compreensão das mulheres acerca de sua situação enquanto sujeitos do processo de entrega de seus filhos para adoção, o que se se percebeu é que existiram diferenças entre as entregas que aconteceram em décadas anteriores e aquelas mais recentes, no que se relaciona a

concepção que as mulheres tinham acerca do seu ato. Nos casos mais recentes, em que o Estado esteve presente no processo, a escuta e o acolhimento permitiram que a mulher estivesse segura de sua decisão, o que de certa forma colaborou para que elas compreendessem a sua decisão como uma atitude responsável. Nos casos em que não houve a adoção de forma legal e não havia o acompanhamento por parte do Estado, percebeu-se que algumas mulheres tinham uma concepção diferente acerca de seu ato, o que levou muitas a vivenciarem um luto que durou e ainda dura por anos, onde também havia a autculpabilização.

Assim, a falta de um acompanhamento às mulheres que manifestaram a intenção de entregar um filho para adoção, de certa forma sentenciou a entrega da criança em décadas anteriores como também ainda nos dias de hoje, já que cada Vara da Infância e da Juventude é responsável por desenvolver um programa de acompanhamento à mulher, mas nem todos os municípios desenvolvem este serviço. Não se trata de prevenir a adoção, mas de acompanhar as mulheres para que elas tenham apoio da rede de proteção para enfrentar estas situações que elas vivenciam, e também ter seus direitos garantidos.

Desta forma, com base nos resultados alcançados através dos objetivos propostos no estudo, evidencia-se a importância ir além do que está aparente, onde compreender como as expressões da questão social se manifestam na vida destas mulheres por meio de suas relações familiares, dos valores definidos pela sociedade, pela família e pelas pessoas com as quais elas se relacionam de forma mais íntima, se mostra relevante no sentido de ir além da imediatividade das situações e dos acontecimentos. Para isso torna-se necessário vincular as situações sociais que ocorrem na vida destas mulheres com as manifestações da questão social. Sobretudo no que diz respeito a intervenção estatal e o acesso aos direitos sociais em uma perspectiva universal.

A forma como se discutiu o assunto, desde as situações que envolveram a gravidez até o momento da entrega para adoção, tomando como aparência de processos sociais mais amplos, proporcionou ter uma visão para além dos casos analisados neste trabalho, considerando aspectos em uma perspectiva de universalidade, onde a história das mulheres que foram o objeto do estudo é a mesma de várias outras mulheres que também se encontram na mesma situação. Para isso, no contexto social no qual as mulheres estão inseridas, destaca-se a importância de uma política pública em termos de universalidade, onde tenha o acompanhamento de

uma rede de proteção à mulher grávida independente da classe social, já que a entrega de um filho para adoção pode ocorrer tanto nas classes mais populares como naquelas em que a condição financeira é mais abastada.

Diante disso, o trabalho deixa evidente a importância da intervenção do Estado no que se refere ao desenvolvimento de serviços de atendimento às mulheres que manifestam a intenção de entregar os filhos para adoção. Nos casos analisados em que as mulheres foram atendidas por um programa articulado com a rede de saúde e de proteção, a presença desses serviços foi fundamental para que a família tivesse algum tipo de atenção do Estado para poder enfrentar a situação ou também saber lidar com as circunstâncias tendo um acompanhamento de serviços sociais e públicos.

Problematizar o desenvolvimento de programas e o acompanhamento às mulheres e a relação com os objetivos que foram propostos neste estudo, faz com que seja possível analisar os resultados que foram alcançados através do estudo dos casos, observando também sob uma ótica universal. Por meio da pesquisa, pode-se explorar para além da aparência de como os processos sociais se manifestaram nas situações sociais de vulnerabilidade que levaram as mulheres a entregar os filhos para a adoção, conhecendo as condições materiais e também emocionais que as mulheres vivenciaram, como também as implicações dos vínculos familiares na decisão da entrega. Diante disso, identificou-se que os processos sociais que se manifestam na vida das mulheres, devem ser objeto de intervenção do Estado.

O fato de considerar o estudo também sob uma perspectiva universal, permite apreender a realidade das mulheres dos casos aqui analisados, e tornar mais amplo o alcance das políticas públicas à que essas mulheres tem direito. Como já visto, entrega de um filho para adoção se manifesta além das condições renda, perpassando também por questões emocionais, onde existe a violência, a questão dos valores morais, e para isso é necessária a intervenção e mediação do Estado tanto para com a família da mulher quando a comunidade na qual ela está inserida, na busca de uma nova relação entre ambos, já que a mulher que entregou o filho para adoção ou aquela que está grávida e já manifestou a intenção pela entrega pode estar sofrendo ou vir a sofrer com os valores morais impostos pela sociedade, como também violação dos seus direitos, o que pode levar à violência. E são nessas diversas formas violência que o Estado deve intervir, capacitando os profissionais que trabalham diretamente com as mulheres, na perspectiva de afastamento de posturas conservadoras e valores de juízo.

Em alguns casos, apesar da ideia da adoção não aparecer de imediato, ela está latente no imaginário da mulher e para isso é preciso ter serviços presentes dando atenção a ela, visando a escuta e o acolhimento. Também no sentido de desenvolvimento de programas é importante que a mulher tenha acesso a serviços de orientação quando a saúde da mulher e também formas de prevenção da gravidez.

Desta forma constatou-se através da pesquisa e das considerações acerca do que foi analisado no trabalho, que a entrega de um filho para adoção é uma consequência de processos sociais. Acredita-se que quando a mulher decide pela entrega do filho, ela a faz como um ato de amor ou/e afeto, cumprindo seu dever enquanto cidadã, na qual ela reconhece não ter condições de assumir os cuidados com o filho, compreendendo que a responsabilidade para com a criança não é apenas sua como mãe, mas também do pai que a abandonou, da família que a expulsou de casa e não a apoiou, da ausência do Estado em muitos casos e da sociedade, que também é carente de informação.

Desvendar a realidade das mulheres que entregam os filhos para a adoção, permitiu desenvolver um estudo que mostra o quanto este ainda é um tema pouco debatido, onde muitas vezes as próprias mulheres são carentes de informação e acabam sofrendo com o preconceito e a culpa do abandono imposta pela sociedade. A criança que é entregue para adoção, entra em um Cadastro Nacional de Adoção, onde lá estão pessoas aptas para adotá-la. A entrega de um filho para adoção não pode ser explicada como um abandono, pelo contrário, ela evita o abandono de crianças em lugares impróprios como também a adoção por meios ilegais, é uma forma que a mulher encontra de proteger a criança das situações sociais as quais ela está exposta.

Enquanto contribuições para a formação acadêmica, o estudo possibilitou o desenvolvimento de uma postura crítica, baseado em inquietações que ao longo da graduação foram sendo suscitadas, onde foi possível articular o tema com leituras e debates construídos no âmbito acadêmico, que foram elementos essenciais para o amadurecimento deste trabalho, que proporcionou tanto crescimento como pessoa e o desenvolvimento de uma identidade profissional vinculada ao Serviço Social.

Sobre as contribuições para a categoria profissional, o estudo mostrou a relevância e importância de um debate dentro do Serviço Social no que se refere a romper com o mito de que o amor materno é algo natural e instintivo, em um momento

que o conservadorismo ainda é um grande desafio a ser superado na sociedade como um todo. São reflexões importantes que vão de acordo com os princípios éticos da profissão, na busca pela defesa dos direitos das mulheres frente a atual situação de desmonte de direitos que foram conquistados ao longo dos anos, reconhecendo a liberdade de escolha e decisão das mulheres que manifestam a intenção da entrega do filho, onde o (a) assistente social deve informa-las sobre seus direitos afastando-se de posturas conservadoras e do policiamento, procurando a articulação do seu trabalho com outros profissionais e serviços, visando sempre garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

- A DUQUESA.** Direção: Saul Dibb. Duração: 1h 50min. Paramount Pictures. 2008.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** 2010.
- AMB. **Cartilha passo a passo: Adoção de Crianças e Adolescentes no Brasil.** 2007.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro. 2006.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BELMIRO, Dalila. PAULA, Lucas de. LAURINDO, Priscila. VIANA, Pablo. **Emponderamento ou objetificação: Um estudo sobre a imagem feminina pelas campanhas publicitárias.** PUC/MG. 2015.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Expressão popular. 2009.
- Boletim Diesse. **A mulher como chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho.** 2004.
- BRASIL. **Lei nº 2.848, promulgada em de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal.** Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 20 de setembro de 2016.
- _____. Lei no 3.133, promulgada em 8 de maio de 1957. **Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil.** Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm> Acesso em 15 de setembro de 2016.
- _____. Lei no 6.697, promulgada em de 10 de outubro de 1979. **Brasília. Institui o Código de Menores. Disponível em** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso em 15 de setembro de 2016.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 15 de setembro de 2016.
- _____. Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> Acesso em 15 de setembro de 2016.
- _____. Lei no 10.406, promulgada em de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm> Acesso em 15 de setembro de 2016.

_____. Lei nº 12.010, promulgada em 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.** Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm Acesso em 15 de setembro de 2016.

CARDOZO, Mariana. PERETTI, Rafael Magalhães. **O desenvolvimento da família e a nova condição da mulher na sociedade capitalista.** Londrina. 2009.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 2012.

CHAUI, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária.** Comunicação & Informação. 2012.

CIRENZA, Fernanda. **“Eu dei meu filho em adoção”.** Editora Globo. 2015. Disponível em <http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML733264-1740,00.html> Acesso em 20 de maio de 2016.

COSTA, Irla Henrique. ANDROSIO, Valéria de Oliveira. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade.** Univale. 2010.

COSTA, Rosely Gomes. **Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção.** Revista Estudos Feministas. 2002.

DIAS, Cristina Maria Brito. MELLO, Ivana Bezerra de. **Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção.** Brasília. 2003.

DINIZ, Célia Regina. DA SILVA, Lolanda Barbosa. **O método dialético e suas possibilidades reflexivas.** Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

DUARTE, Flávia. **O maior vazio do mundo.** Correio Braziliense. 2014. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2014/03/16/interna_revista_correio,417560/o-maior-vazio-do-mundo.shtml Acesso em 21 de maio de 2016.

EM NOME DE DEUS. Direção: Peter Mullan. Duração: 1h 59 min. Momentum Pictures. 2001.

FARIA, Guélmer. FERREIRA, Maria da Luz. PAULA, Andrea Maria. **“Desvinbilizando as mulheres em contexto migratório interno”: Interfaces entre migração, trabalho e gênero.** 2012.

FILHO, Amílcar Torrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e feminino se cruzam.** UNICAMP. 2005.

G1/TV GLOBO. **Mãe reencontra filho biológico após 34 anos: “Paguei um preço caro por isso”.** Programa Mais você. 2013. Disponível em http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/O_programa/noticia/2013/10/mae-reencontra-filho-biologico-apos-34-anos-paguei-um-preco-alto-por-isso.html Acesso em 25 de maio de 2016.

G1/TV PARAÍBA. **Mãe que entregou os filhos para adoção na Paraíba quer conhece-los.** Duração: 6min 45s. 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/v/mae-que-entregou-os-filhos-para-adoacao-na-paraiba-quer-conhece-los/3099737/>> Acesso em 22 de maio de 2016.

G1/RBS TV. **Mãe de Joinville reconhece filha que entregou para adoção há mais de duas décadas.** Duração: 2min11s. Disponível em <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/bom-dia-santa-catarina/videos/v/mae-de-joinville-reconhece-filha-que-entregou-para-adoacao-ha-mais-de-duas-decadas/2086132/>> Acesso em 22 maio de 2016.

G1/TV SERGIPE. **Mãe vai à Juizado de SE para entregar filho que está gerando para adoção.** Duração: 4min 23s. 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-2edicao/videos/v/mae-vai-a-juizado-de-se-para-entregar-filho-que-esta-gerando-para-adoacao/4752067/>> Acesso em 22 de maio de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas. 2007.

GOMES, Camila de Magalhães. **Gênero: uma construção social.** 2011. Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2011/04/genero-uma-construcao-social/>> acesso em 20 de agosto de 2016.

GRESPLAN, Jorge. **A dialética do avesso.** Crítica Marxista. 2012.

GUEIRROS, Dalva Azevedo. **Adoção Consentida: do desenraizamento social da família à prática da adoção aberta.** São Paulo: Cortez. 2007.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as mulheres.** 2015. Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violenacias/feminicidio/>> Acesso em 26 de agosto de 2016.

KONDER, Leandro. **A totalidade, a contradição e a mediação.** 2008.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas. 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?.** Brasília. 2000.

MAGALHÃES, Teresa Lopez de. **O papel da mulher na sociedade.** S/D.

MANFRINI, Daniele Beatriz. **Famílias chefiadas por mulheres e demandas de políticas públicas.** UFSC. 2003.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo. 2007.

- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma política**. Boitempo Editorial. 2013.
- MELLO, Ivana Bezerra de. DIAS, Cristina Maria. **Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção**. Brasília. 2003.
- MENEZES, Karla Luna de. SOUZA, Cristina Maria Brito Dias de. **Mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes à adoção**. Universidade de Fortaleza. Fortaleza. 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. 2012.
- _____, Maria Cecília de Souza. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes. 2001.
- MORAES. Roque. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre. 1999.
- MORGANTE, Mirela Marin. NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. ANPUH. São Paulo. 2014.
- MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez. 2008.
- MOURA, Solange Maria de. ARAÚJO, Maria de Fátima de. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos**. UNESP. 2004.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.
- OLIVEIRA, Daiane. KRUEL, Cristina. **Adoção: Um conceito além do preconceito**. UNIFRA. Santa Maria/RS. 2012.
- OLIVEIRA, Kerly Cristina de. **Nova Lei da Adoção-Lei 12.010/2009: uma revisão de literatura**. UNIPAC. Barbacena. 2011.
- ONU. **Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo: diretrizes nacionais buscam solução**. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>> Acesso em 26 de agosto de 2016.
- O SORRISO DE MONALISA**. Direção: Mike Newell. Duração: 1h 57 min. Revolution Studios. 2003.
- PEDERSEN, Jaina Raqueli. **O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias**. PUC/RS. Porto Alegre. 2014.
- PEDRO, Claudia Bragança. GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Universidade Federal de Londrina. 2010.
- PERETTO, Karine. VALENTE, Maria Luísa. **Pensando a adoção olhando a maternidade**. UNESP. 2013.

PETRY, Analídia Rodolpho. MEYER, Dagmar. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa.** Textos & Contextos. p. 193-198. Porto Alegre. 2010.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcante. **O patriarcado presente na Contemporaneidade.** Florianópolis. 2008.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

RAMOS, Mayara. ULBANERE, Rubens. JESUS, Bruno. **Mulheres no mercado de trabalho.** 2011.

RAMPAZZO, Carla Cristina Sorrilha. MATIVE, Suelen Nara Matos. **As novas regras para a adoção e o papel do assistente social judiciário.** Presidente Prudente. 2009.

REBOUÇAS, Melina Séfora. **O aborto provocado como uma possibilidade de existência da mulher: reflexões fenomenológico-existenciais.** UFRN. Natal. 2010.

REIS, Andreia. PELLANDA, Gabriela. SILVA, Graciele da. REMPEL, Luciane. SANTOS, Maria José Moutinho. **Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII.** S/D.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas. 2011.

SAFFIOTI, Helelieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna. 1987.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Novos processos sociais globais de violência.** São Paulo em Perspectiva. 1999.

SILVA, Tássia da. CASTELEINS, Vera. **Mulheres, sociedade colonial, época do império e os dias atuais.** PUC/PR. S/D.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. **Joan Scott e o papel da história da construção das relações de gênero.** Revista Artemis. p. 110-117. 2008.

SOUSA, Eloisio Moulin de. CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A análise QUEER e seu rompimento com a questão binária de gênero.** São Paulo. 2010.

SOUZA, JESSÉ. **A Ralé Brasileira. Quem é e como vive.** Minas Gerais. 2009.

ROCHA, Antonia Torres da. **Adoção à brasileira: aspectos relevantes.** Rio de Janeiro. 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Braziliense. 2003.

TJES. **“Um novo direito, um novo olhar”:** discussão e apresentação de casos. Duração: 1h26min08s. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=EVD5MEDcbjY>> Acesso em 20 de maio de 2016.

TJPE. **A uniformização e extensão dos serviços jurisdicionais de assistência a mulheres que manifestem a intenção de entregar sua criança para adoção.** Revista Acolher. 2013.

____. **Manual informativo Programa Mãe Legal.** Recife, 2010.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** Revista Marxismo Vivo. 2001.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** Instituto Lukács. 2013.

TORRES, Luiz Henrique. **A casa da roda dos expostos na cidade de Rio Grande.** Rio Grande/RS. 2006.

TOURINHO, Julia Gama. **A mãe perfeita: idealização e realidade- Algumas reflexões sobre a maternidade.** UERJ. 2006.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas. 2007.

VALENTIM, Gabriela da Silva. CORTEZ, Ana Flávia Leite. **Mães que entregam o filho em adoção. Uma reflexão sobre o mito do amor materno.** UFRP. Recife. 2014.

ZARDINI, Adriana Sales. **O universo feminino nas obras de Jane Austen.** UFMG. 2011.

ANEXOS

Anexo A- ROTEIRO DE ANÁLISE /UNITARIZAÇÃO

Casos	Idade que tinha quando entregou?	Estado Civil?	Já era mãe?	Foi acompanhada por algum programa?	A gravidez foi desejada?	Década/ano da entrega?
Caso 1	19 anos	Solteira	Já tinha uma filha de 4 anos	Sim	Não	2016
Caso 2	18 anos	Solteira	Não	Não	Não	Déc. 80
Caso 3	Não apresenta a idade	Solteira	Não	Não	Não	Déc. 90
Caso 4	39 anos	Solteira	Já tinha um filho de 17 anos e dois filhos gêmeos.	Sim, pelo Programa Mãe Legal	A gravidez foi fruto de um estupro	2013
Caso 5	21 anos	Solteira	Não	Sim, pelo programa Mãe Legal	Fruto de uma relação eventual	2013
Caso 6	17 anos	Solteira	Não	Não	Não	Déc. 70
Caso 7	15 anos	Solteira	Não	Não	Não	Déc. 80
Caso 8	Não apresenta idade	Solteira	Já tinha um filho.	Não	Não	Não consta
Caso 9	23 anos	Solteira	Já tinha duas filhas pequenas	Não	Não	Não consta
Caso 10	21 anos	Solteira	Não	Não	Não	Não consta

Anexo B- ROTEIRO DE ANÁLISE /UNITARIZAÇÃO

Casos	Sobre suas vidas	Sobre o pai da criança
Caso 1	<p>“Eu estou fazendo o ensino médio ainda, terminando, e eu pretendo fazer enfermagem, entendeu, porque eu gosto, eu tenho um sonho de trabalhar nesta área de enfermagem”.</p>	<p>“(…)sem o apoio do pai e não tenho condições de criar esse filho também”.</p>
Caso 3	<p>Hoje é casada e tem 4 filhos.</p> <p>Trabalhava como empregada doméstica, engravidou 2 vezes, sem condições de manter a gravidez porque ganhava muito pouco ela decidiu voltar para a sua cidade.</p>	<p>“(…)ele não quis saber quando eu disse que estava grávida, eu também não fui atrás dele, de nada”.</p>
Caso 4	<p>“Sou a segunda filha de três, minha mãe nos deixou ainda quando éramos pequenos, não sei nada dela. Meu pai conseguiu uma nova companheira e eu fui criada por ela, mas meu pai e ela morreram cedo e eu fiquei com minha família até os 15 anos. Depois eu decidi deixar minha família e fui trabalhar na casa dos outros. Aluguei um quartinho e me virei. Sai da minha cidade no interior e fui pra Recife”.</p> <p>“Tenho um filho que hoje tem 17 anos, ele é filho de um companheiro que eu tive por quatro anos, mas ele batia em mim, batia muito e eu resolvi me separar. Passei um tempo sozinha, mas depois resolvi me casar novamente, engravidei de novo e tive dois filhos gêmeos, mas ele também me batia, e eu deixei. Hoje sou solteira e moro com minha sobrinha e meus filhos”.</p>	<p>A gravidez foi fruto de um estupro.</p>
Caso 5	<p>“Sou a primeira filha de uma família do interior, fui criada pelos meus avós, eu e meu irmão. Meu avô quis muito que eu estudasse, me mandou pra Recife, com meu irmão,</p>	<p>“Eu fui para uma festa no interior e sai algumas vezes com um rapaz, usei apenas camisinha, devia ter tomado a</p>

	comprou uma casa e nos sustenta. Estou no último ano de fisioterapia, meu irmão faz Direito”.	pílula do dia seguinte, mas a gente não pensa nessas horas”.
Caso 6	Não havia maiores informações.	“Fiquei um pouco decepcionada porque ele também era muito jovem e decidi não seguir este caminho”. “Então, esse meu ex namorado deu a ideia de a gente procurar clínicas de aborto para interromper a gravidez”.
Caso 9	Órfã de pai e mãe, solteira, com duas filhas pequenas, ela foi morar em Goiânia com a irmã mais velha. Aos 23 anos, engravidou de novo.	Não consta
Caso 10	“Entrei num desespero enorme e tomei a pior decisão da minha vida: mudar de cidade para ter o bebê escondido”. “Arrumei um emprego em Brasília e fui para lá aos cinco meses de gravidez”.	“Namorava há um ano com um rapaz quando engravidei. Eu tinha 21 anos. A gente já tinha transado outras vezes, mas naquela noite nem pensei em prevenção. Foi uma relação de despedida porque ele estava saindo da cidade onde morávamos, no interior de Minas, para viver em São Paulo”. “Apesar da distância, a gente continuou namorando. Falava sempre com ele pelo telefone, mas não tinha coragem de contar que estava grávida”.

Anexo C- ROTEIRO DE ANÁLISE /UNITARIZAÇÃO

Casos	Sobre o apoio da família	Sobre a questão do aborto
Caso 1	<p>A avó reconheceu que criaria a criança, mas com um salário mínimo e um emprego informal não seria viável.</p> <p>Avó: “bastava ter um emprego fixo, aí eu criava, (choro). Porque assim, eu queria ajudar, mas não posso”.</p>	<p>A hipótese do aborto foi descartada pela família</p>
Caso 2	<p>“Era o primeiro filho, e meu pai não aceitava que a filha dele fosse mãe solteira. Eu tinha completado 18 anos. Aí ele disse, pode ficar, mas a criança aqui não fica”.</p>	<p>Não consta</p>
Caso 3	<p>Não recebeu o apoio da família.</p>	<p>Não consta</p>
Caso 4	<p>Todos diziam para ela não entregar.</p> <p>“Minha patroa tentou me convencer a ficar com ele, ela disse que me ajudaria, mas eu disse que não é problema financeiro, eu tenho minha casa, eu tenho minha renda, mas eu não consigo, eu não quero ficar, eu vou entregar essa criança”.</p>	<p>“A gravidez foi um <u>terror</u>, a gestação foi um terror, eu pensei em <u>abortar</u>, mas eu não tive coragem”.</p>
Caso 5	<p>“Quando voltei eu falei para elas que iria contar para meu irmão, ver se ele me ajuda e eu contei e meu irmão disse que ia comigo para o interior contar para os meus avós, e eu fui lá e contei. E para surpresa minha eles disseram que eu ia ficar com a criança, que eles iam me ajudar, que eu não ia parar de estudar coisíssima nenhuma, eu ia continuar os estudos. E eu pude ficar com minha criança”.</p>	<p>Não consta</p>
Caso 6	<p>“A reação dos meus pais, primeiro eu contei para a minha mãe e depois para o meu pai,</p>	<p>“Eu fui em várias e em uma delas eu fiquei chocada com o que eu perguntei, o que vão fazer o bebê? Eu era tão</p>

	<p>foi um susto mesmo. Eles não sabiam o que fazer com isso”.</p> <p>“Minha mãe na época estava com meus avós em estado terminal. Então a gente estava passando por uma turbulência em todos os sentidos na minha família quando isso aconteceu”.</p>	<p>ingênua, eu não sabia nem o que iria acontecer. Aí o médico falou: a gente põe em um saco de lixo e pronto”.</p> <p>“Eu escutei o coraçõzinho do bebê, na sala, naquela hora para mim parecia que eu estava no céu ouvindo batidas de coração e eu resolvi que essa criança tinha que nascer”.</p> <p>“Então, esse meu ex namorado deu a ideia de a gente procurar clínicas de aborto para interromper a gravidez”.</p>
Caso 7	<p>Pais eram “pessoas simples e preocupadas com o que os outros iriam pensar”, a expulsaram de casa.</p>	Não consta
Caso 8	<p>"Meu pai era ranzinza, ruim. Batia na mãe e na gente”.</p> <p>Em casa em que há pouco para se dividir, não aceitaram uma boca a mais para comer. Desesperada para proteger o filho o entregou para adoção.</p>	<p>“(…) Ele (avô) dizia que eu teria de abortar”.</p>
Caso 9	<p>A irmã falou: se fosse menina, ela teria de dar”.</p> <p>"Eu levei minha neném para casa e minha irmã ficou muito nervosa. No outro dia, tive de levá-la ao trabalho dela e entregá-la a outra família”.</p>	Não consta
Caso 10	<p>Escondeu a gravidez</p> <p>“Pensava no que o meu pai, que era severo, faria comigo. Minha mãe é religiosa e talvez não me condenasse”.</p>	<p>“A única pessoa que soube foi uma amiga, que me aconselhou a abortar. Mas não tive força para fazer isso, nem hoje eu teria”.</p>

Anexo D- ROTEIRO DE ANÁLISE /UNITARIZAÇÃO

Casos	Sobre os motivos da entrega	Sobre a entrega
Caso 1	<p>“Eu já tenho uma filha de 4 anos e é um pouco complicado porque já crio ela sem o apoio do pai e não tenho condições de criar esse filho também”.</p>	<p>Foi comunicar a justiça que não tem condições de criar o bebê que carrega há 6 meses e por isso deseja entregar a criança para adoção.</p> <p>Encaminhada para a Vara da Infância e da Juventude.</p> <p>“Eu vim para entregar a carta de adoção. Estou grávida de 6 meses”.</p> <p>Chorou ao saber que a adoção é um processo definitivo. Depois de entregar a guarda para uma nova família ela perde os direitos de mãe.</p>
Caso 2	<p>“(…) meu pai não aceitava que a filha dele fosse mãe solteira”.</p>	<p>Não consta</p>
Caso 3	<p>Entregou dois filhos para a adoção.</p> <p>“Eu conheci uma pessoa, engravidei, aí ele não quis saber quando eu disse que estava grávida, eu também não fui atrás dele, de nada. Aí eu fui embora para o interior depois que eu vi que as condições não estavam mais dando para mim ficar aqui (Capital João Pessoa). Ai lá eu tive e dei também”.</p>	<p>“Eu estava no hospital, aí ela estava fazendo a doação de enxoval, aí eu contando que ia dar o menino, aí ela se encarregou, pegou o meu nome, quando sai do hospital ela pegou a criança, aí depois desse dia eu nunca mais vi”.</p>
Caso 4	<p>“Estou grávida e essa gravidez é fruto de uma violência que eu sofri, fui à polícia, foi terrível, eu nunca vou esquecer o que aconteceu, fiquei dois dias internada de tanto que sofri. A gravidez foi um terror, a gestação foi um terror, eu pensei em abortar, mas eu não tive coragem, chorava todos os dias e no quinto mês resolvi me suicidar, tomei alguns comprimidos, mas não consegui, desde então sou acompanhada por uma psicóloga.</p>	<p>“Na minha cabeça já estava decidido, ia dar para qualquer pessoa na rua ou ia jogar em qualquer lugar, em uma lata de lixo”.</p> <p>“Quando ele nasceu, eu ia pedir para a médica tirar aquele menino de perto de mim, na mesma hora veio toda a cena do estupro na minha cabeça. Sei que ele é um inocente, não tem culpa de nada, mas eu não vou nunca conseguir amar esse</p>

	<p>Eu não aguento ter essa criança, é muito sofrimento, ela me lembra sempre o que aconteceu, e eu não consigo esquecer”.</p>	<p>menino, sempre vou lembrar da cena. Sei que essa marca eu não vou esquecer nunca, mas tenho que continuar, esse menino é fruto de uma violência”.</p>
<p>Caso 5</p>	<p>“Estou grávida, estou escondendo da minha família. Quando eu vou para casa dos meus avós eu durmo de lado e aperto a barriga, sou gordinha mesmo, eles nem percebem. Não contei para ninguém, nem para as minhas amigas, se alguém souber eles vão dizer que é para voltar para casa e vou abandonar os estudos, o que vai ser de mim? E o meu futuro? Eu não posso pensar nisso, mas não quero deixar ele na rua, deixar por aí, queria fazer o melhor para ele. Mas eu não posso ficar com ele, o que eu vou fazer?”.</p>	<p>“Meu irmão viajou, eu estou sentindo dores de parto, eu vi na internet como pode fazer, eu sou fisioterapeuta quase formada, eu mesma vou fazer esse parto. E eu fiz, na minha casa, o parto sozinha, ficou tudo sujo, comprei uma mamadeira e dei de comer para o meu filho. Mas eu tinha que entregá-lo, meu irmão ia voltar na segunda-feira, fiquei o sábado e o domingo com a criança e na segunda de manhã eu decidi, eu tenho que ir ao tribunal. Conheci o Mãe Legal pela internet, e fui lá”.</p> <p>“Cheguei com o bebê, envolto em uma camiseta, e disse que vim entregar minha criança. Eu chorava e segurava, ele estava quietinho, parecia um anjinho e eu disse para a equipe, que quero entregar, eu preciso estudar, o que vai ser da minha vida se eu não estudar? Minha família não vai entender, não vai me apoiar, vai me criticar. E elas me ouviram, conversaram comigo e me encaminharam para a médica para ver meu estado de saúde, acolheram minha criança, ela também foi para o hospital e foi tratada, ficou internada por um tempo. E disseram que eu poderia voltar na outra semana para continuar conversando com elas”.</p>

Caso 6	<p>“Eu estava no auge da juventude quando tudo aconteceu e eu tinha um namorado de muitos anos, em um tempo em que não se falava de sexo, preservativo, de nada em relação a esse sentido. Eu acabei engravidando, e na eu até fiquei muito feliz, porque eu achei que iria constituir uma família com ele”.</p> <p>“Muitas mães deram à luz e ficaram com o seu filho naquela época, mas para mim, eu achava que meu filho precisava de um lar e na minha cabeça uma criança precisava de mãe, de pai, de um lar constituído que eu não poderia dar”.</p> <p>“Eu não tinha condições emocionais para criá-lo sozinha”.</p>	<p>“Eu estava bem anestesiada e, no meio do parto, acordei com o choro da criança, que me acompanhou por toda a minha vida”.</p>
Caso 7	<p>“Meus pais já faleceram, mas acho que eles sabiam que eu sofria”.</p> <p>“Mais tarde, fiquei sabendo que minha mãe deu um irmão, que não era filho do meu pai, e uma tia entregou um filho dela para adoção. A história se repetiu comigo. Culpei muito os dois, mas hoje perdoei”.</p>	<p>Não consta.</p>
Caso 8	<p>Já tinha um filho quando descobriu a outra gravidez. Em casa em que há pouco para se dividir, não aceitaram uma boca a mais para comer.</p>	<p>“Eu era muito boba, não tinha responsabilidade”.</p>
Caso 9	<p>"A gente era muito pobre, morava em casa de chão de terra. Não tinha gás. Passávamos muita necessidade”.</p>	<p>Não consta.</p>
Caso 10	<p>Só descobri a gravidez umas três semanas depois da partida dele e não quis aceitar que iria ser mãe”.</p> <p>“Fui tomada por um sentimento esquisito, de repulsa e negação da maternidade. Só sentia medo, vergonha, raiva”.</p>	<p>“Não me perdô por não ter sentido nada de bom. Sentia tudo, menos alegria. Entrei num desespero enorme e tomei a pior decisão da minha vida: mudar de cidade para ter o bebê escondido. Arrumei um emprego em Brasília e fui para lá aos</p>

	<p>“Não me perdôo por não ter sentido nada de bom. Sentia tudo, menos alegria”.</p>	<p>cinco meses de gravidez. Neguei tanto essa criança que nem barriga eu tinha. E me cobrava por isso. Como não podia aceitar o bebê? Que espécie de mulher sou eu?”.</p> <p>“No trabalho, fiz amizade com uma senhora em quem confiei e ela me sugeriu doar o bebê. Disse que conhecia uma família boa que queria um recém-nascido. Fiquei com isso na cabeça. Entregar a criança seria a saída para o meu problema. Cheguei até a pensar que voltaria para a minha cidade como se nada tivesse acontecido.</p> <p>Ela sempre tocava no assunto, sabia da minha tentação pela entrega, embora eu não afirmasse que iria entregá-lo. Isso só aconteceu três dias antes do parto. Eu a chamei e pedi que acertasse os detalhes com a família que queria um bebê. Meu menino nasceu e, quando o recebi, não podia olhar nos olhos dele. Parecia que ele sabia o que estava para acontecer. Mal conseguia pegar ele no colo. O pior é que não reagia contra nada disso. Fiquei com ele quatro dias. Na alta, a tal senhora foi me buscar na maternidade e me levou para a casa dela. Foi lá que assinei um papel em que abro mão da criança e onde a entreguei. Ele tinha acabado de mamar e estava acordado”.</p>
--	---	---

Anexo E- ROTEIRO DE ANÁLISE /UNITARIZAÇÃO

Casos	Após a entrega da criança	Percepção sobre a entrega
Caso 1	Não consta.	“Estou consciente e me sinto segura porque agora eu fui bem recebida, e estou acolhida”.
Caso 2	“Ver, abraçar, pedir perdão, que ela me perdoe”	Não consta
Caso 3	<p>“Eu queria noticia deles, explicar o por que não criei eles. Quero que eles me entendam”.</p> <p>“Não quero ficar porque se fosse para criar eles eu tinha criado desde o início, mas como que eu vou querer eles? Até porque eles devem ter uma vida boa hoje. Aí eu vou tirar eles de uma vida que eles têm, para essa situação? Não tem condições”.</p> <p>“Meu sonho é conhecer meus filhos”.</p>	<p>“Eu acho que é melhor dar do que jogar “nas portas”, no lixo como muita mãe faz. Então eu queria o melhor para eles, que eu não tinha para dar”.</p>
Caso 4	Não consta	“Não vai ser bom nem para mim e nem para ele”.
Caso 6	<p>“Qual foi sua primeira palavra? Como era o som da sua voz? Esse sim eu nunca, nem em sonho, ouvirei. Acabou. O tempo passou e não admite volta”.</p> <p>“Meu amor por ele é infinito”.</p>	<p>“Não foi mesmo a melhor opção, somente para mim, foi muito doido e eu acho que eu paguei um preço alto por isso e ainda pago, mas era a única viável naquele momento, não existia outra”.</p>
Caso 8	“Parece que estou presa dentro de mim. É um sofrimento muito profundo, falta alguma coisa na minha vida”.	Não consta.